



PORTUGAL

BOLETIM ICOM Portugal

Série III n.º 5 Jan. 2016



EDITORIAL

Pretendeu-se neste boletim dar nota dos desafios da diversidade cultural para os museus. O mote foi a celebração, em 2015, do 10.º aniversário da Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (Convenção de 2005). Em entrevista, Clara Bertrand Cabral e Lurdes Camacho sublinham a importância desta Convenção para as indústrias criativas e para a valorização da criação individual. Mas advertem que falta em Portugal uma maior divulgação do normativo e das suas potencialidades para as indústrias criativas. Essa poderá ser a razão pela qual a Convenção ainda não tem um papel de influência no desenvolvimento de políticas culturais no nosso país.

Para além do campo de acção da Convenção de 2005, o texto de Ana Carvalho situa a discussão sobre diversidade cultural nos museus. Ao apresentar algumas conclusões sobre um dos estudos de caso da sua tese de doutoramento, defende o desenvolvimento de estratégias que tenham em conta a multidimensionalidade que a promoção da diversidade cultural comporta e a transversalidade com que deve ser tratada e integrada nos vários sectores da actividade museológica.

A crise de refugiados que se vive na Europa não passa despercebida aos profissionais de museus. Maria Vlachou e Joaquim Jorge oferecem-nos o seu ponto de vista e algumas pistas sobre os contributos dos museus.

Ainda sobre o tema da diversidade cultural apresentamos uma selecção bibliográfica (livros, artigos, teses) e sugerimos alguns *links* úteis.

Penelope Curtis, recém-chegada a Lisboa, é a nova directora do Museu Calouste Gulbenkian. Na entrevista exclusiva ao ICOM Portugal, a primeira que dá desde que chegou, pode conhecer o essencial da sua visão.

Em “Notícias ICOM” encontra um conjunto significativo de comentários sobre alguns dos debates que tiveram lugar nos últimos meses. Conheça ainda a selecção de novas publicações e os eventos em agenda.

O boletim de Maio dará destaque, como habitual, à temática escolhida para o Dia Internacional de Museus, este ano dedicado aos “Museus e Paisagens Culturais”.

Ana Carvalho

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
BREVES	5
EM FOCO	8
DIVERSIDADE CULTURAL: DA PERIFERIA PARA O CORAÇÃO DOS MUSEUS	8
PERSPECTIVAS	13
REFUGIADOS E MUSEUS: PARA ALÉM DE UMA ATITUDE ASSISTENCIALISTA?	13
ENTREVISTA COM CLARA BERTRAND CABRAL E LURDES CAMACHO	18
NOTÍCIAS ICOM	25
MUSEUS & PESSOAS: PENELOPE CURTIS	46
PUBLICAÇÕES	49
SUGESTÕES DE LEITURA	49
NOVAS EDIÇÕES 2015	51
AGENDA	58
CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, DEBATES	58
FORMAÇÃO	60
CHAMADA PARA PROPOSTAS	61

MENSAGEM DO PRESIDENTE



No início do ano de 2016 dedicamos o nosso boletim ao tema da diversidade cultural dos museus e o seu reconhecimento pela UNESCO para a sua protecção e promoção. De igual modo, damos conta de actividades recentes desenvolvidas pelo ICOM. O ano anterior terminou com uma mudança de governo o que nos coloca a necessidade de alertar a nova tutela para situações que marcam a actualidade dos museus em Portugal e merecem preocupação quanto ao futuro, nomeadamente em questões de política governamental na mudança de tutelas e transferência de colecções, assim como a situação das equipas técnicas dos museus.

O nosso Encontro de Outono de 2015 realizou-se no Museu Municipal de Penafiel, dando continuidade a uma tradição para a comunidade museológica nacional. Aí discutimos, apoiados nas visões de vários colegas oradores, os problemas que os museus encontram em tempo de crise e as formas propostas ou encontradas para ultrapassar os desafios colocados actualmente pela crise económica. Nestas circunstâncias, as instituições museológicas tiveram que encontrar novas soluções de sustentabilidade e interacção com as sociedades em que se integram, frequentemente através do estabelecimento de novas parcerias estratégicas e do reajustamento das suas prioridades, ao nível do funcionamento. Constaram do programa as comunicações de Francesc Xavier Roigé Ventura (Universidade de Barcelona), Katrin Hieke (ICOM Alemanha), Suzana Menezes (Museu da Chapelaria) e Emanuel Sancho (Museu do Traje de São Brás de Alportel).

Em Novembro de 2015, em Paris, foi aprovada a nova Recomendação relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade, que estava em discussão desde o ano de 2014. Portugal participou no debate promovido pela UNESCO que envolveu peritos nacionais, através da presidente da assembleia-geral do ICOM Portugal, Clara Frayão Camacho. Da maior importância são as matérias respeitantes às políticas públicas nos campos da preservação, da investigação, da educação e da comunicação que permitam aos museus proteger e transmitir o património cultural às gerações futuras. Os Estados membros da UNESCO são convidados a tomar medidas legislativas, técnicas e financeiras, de modo a desenvolver acções de planeamento e políticas operacionais dirigidas aos museus, às colecções e aos públicos dos respectivos países. Nesta perspectiva, são vários os desafios que se colocam às políticas públicas portuguesas para os museus com vista a preencher de forma integrada as áreas de intervenção contempladas na nova Recomendação. A Recomendação aponta as diferentes funções museológicas: as primárias (preservação, investigação, comunicação e educação) que são conhecidas de todos nós, como dedica todo um capítulo a novas funções: a questão da globalização, da qualidade de vida e sua relação com a economia, a função social e as novas

tecnologias. Esta Recomendação incorpora pela primeira vez a necessidade dos museus e colecções terem em atenção a sua função social. Acentua nomeadamente o papel dos museus nas sociedades actuais como espaço de encontro, instrumento de promoção da inclusão social e promoção da diversidade cultural e natural. Afirma o papel indispensável das heranças e dos patrimónios na construção de uma cultura de paz e de direitos humanos como instrumento para enfrentar as mudanças que estão a ocorrer no mundo. Tal como tem sido preocupação do ICOM Portugal, esta Recomendação acentua a necessidade de qualificação e de valorização dos profissionais dos museus, a promoção das boas práticas e do trabalho em rede nos museus e centros culturais.

No próximo mês de Fevereiro de 2016 realiza-se em Lisboa um seminário do projecto europeu Eurovision - Museums Exhibiting Europe (EMEE) e o ICOM Portugal associa-se na organização do evento. Este encontro internacional decorrerá no Museu Nacional de Arqueologia, a 22 de Fevereiro, e no qual se apresentarão experiências em museus que têm possibilitado o trabalho em rede, o diálogo intercultural na promoção dos museus e as suas colecções, e possibilitar novas interpretações e formas de participação dos visitantes, contribuindo para que os museus assumam o seu papel de agentes sociais. Com esta parceria será possível trazer a Portugal Hans-Martin Hinz, presidente do ICOM central, Emma Nardi, presidente do CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural), David Vuillaume, presidente da NEMO (Network of European Museum Organisations), Uwe Brückner, fundador do Atelier Brückner, entre outros.

José Alberto Ribeiro

BREVES



ICOM Portugal promove debate sobre a crise

As jornadas de Outono do ICOM Portugal realizaram-se a 30 de Outubro no norte do país em colaboração com o Museu Municipal de Penafiel. O encontro reuniu cerca de 80 profissionais de museus e constituiu um momento oportuno no debate sobre “Os Museus Face à crise Económica na Cultura: Desafios e Estratégias”. Mais informações em <http://www.icom-portugal.org>

Participação do ICOM Portugal nos *Encontros do Património*

No passado dia 14 de Novembro, o programa de rádio da TSF *Encontros com o Património* dedicou a emissão ao tema *Públicos e Museus: Educação e Participação*. Foram convidados do programa: Mário Nuno Antas (membro da direcção do ICOM Portugal), Sara Barriga (museóloga do Museu do Dinheiro), Catarina Moura (coordenadora do serviço educativo do Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado), Filipa Alves de Sousa (serviço educativo da Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva) O programa é uma parceria entre a TSF e a Direcção-Geral do Património Cultural. Pode ser ouvido em: <http://www.tsf.pt>

Prémio do Conselho da Europa 2015 para museu na Polónia

O prémio Museu Conselho da Europa foi atribuído ao European Solidarity Centre em Gdansk, na Polónia. Trata-se de «um exemplo fascinante de uma instituição cultural que trabalha para promover a liberdade e a solidariedade. Os acontecimentos que narra e o seu programa visam transformá-lo num fórum de discussão para a Europa moderna», disse o relator do prémio, Vesna Marjanovic. O prémio é atribuído todos os anos desde 1977. Em 2010, coube ao Museu de Portimão receber este prémio. Mais em: <http://www.icom-portugal.org>





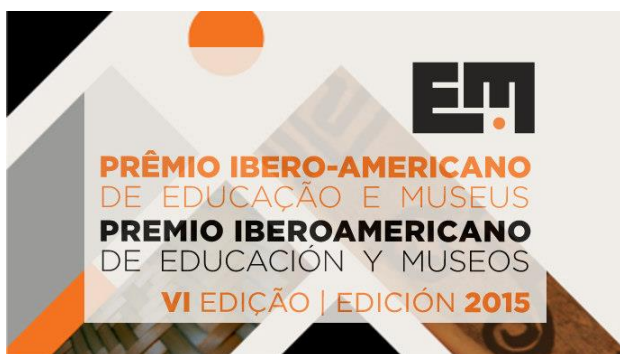
UNESCO aprova Recomendação sobre a Protecção de Museus e de Colecções

Na 38.ª sessão da assembleia-geral da UNESCO, realizada a 17 de Novembro de 2015, em Paris, foi aprovada a nova Recomendação relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade. O projecto estava em discussão desde 2014. Portugal esteve envolvido no debate promovido pela UNESCO que envolveu peritos nacionais, através da presidente da assembleia-geral do ICOM Portugal, Clara Frayão

Camacho. Saiba mais em: <http://www.icom-portugal.org>

Prémio Prof. Reynaldo dos Santos atribuído à exposição “Cister no Douro”

O prémio Prof. Reynaldo dos Santos 2014, promovido pela FIAMP (Federação de Amigos dos Museus de Portugal) foi este ano entregue à exposição *Cister no Douro*. Este prémio distingue anualmente a melhor exposição temporária apresentada em museus portugueses e que esteja associada a um Grupo de Amigos. Foram ainda atribuídas menções honrosas à exposição *O Tempo Resgatado ao Mar* (Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia) e à exposição *Jóias da Carreira da Índia* (Grupo de Amigos do Museu do Oriente). A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar no Grémio Literário, em Lisboa, no dia 14 de Novembro de 2015.



Projectos de museus portugueses distinguidos na 6.ª edição do Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus

147 projectos provenientes de 12 países foram avaliados no âmbito do prémio Ibero-Americano de Educação e Museus. Três projectos portugueses foram seleccionados. O Museu Carlos Machado (Ponta Delgada), sob a tutela do Governo Regional dos Açores, foi contemplado com o 2.º lugar da Categoria I e

ao Centro de Ciência Viva de Estremoz (rede Ciência Viva) foi atribuído o 3.º lugar na Categoria II pelo projecto “Bonecos das Maltezas; Títeres de Ciência”. Com uma menção honrosa foi ainda destacado o projecto “Museologia e Educação no Sítio Arqueológico da Foz do Enxarrique”, uma iniciativa da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão. Este prémio é promovido pelo programa IBERMUSEUS desde 2010. Mais informações sobre os resultados do concurso: <http://www.ibermuseum.org>



Tese sobre Museu Nacional Machado de Castro premiada

O prémio Victor de Sá 2015 (Universidade do Minho) foi atribuído a Duarte Roque de Freitas pela tese de doutoramento *Memorial de um Complexo Arquitetónico Enquanto Espaço Museológico: Museu Machado de Castro (1911–1965)*. A tese analisa as transformações ocorridas no Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra) entre 1911, quando foi fundado, e 1965, ano em que recebeu o estatuto de museu nacional. O autor é membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Boas notícias para o património português

O promontório de Sagres foi reconhecido como “Marca do Património Europeu”, fazendo agora parte de uma lista internacional de sítios históricos da Europa. A “Marca do Património Europeu” (MPE) corresponde a uma nova medida da União Europeia que tem por base uma iniciativa intergovernamental lançada em 2006 e foi estabelecida pelo Parlamento e pelo Conselho da União Europeia. No Alentejo foi a vez do fabrico de chocalhos ser distinguido pela UNESCO como “Património Cultural Imaterial com Necessidade de Salvaguarda Urgente”. Esta candidatura pretende ajudar a preservar esta tradição, que tem já poucos mestres chocalheiros.

Jorge Custódio recebe prémio Carreira 2015

A Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente distinguiu Jorge Custódio com o prémio Carreira 2015. Professor, historiador, arqueólogo e museólogo, Jorge Custódio tem dedicado a sua vida à defesa do património e dos museus. É presidente da APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. A cerimónia de entrega do prémio teve lugar no auditório Mar da Palha do Oceanário de Lisboa (Parque das Nações), no dia 3 de Dezembro de 2015.



EM FOCO



Diversidade Cultural: da Periferia para o Coração dos Museus

Ana Carvalho, investigadora em pós-doutoramento do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora

De que falamos quando falamos de diversidade cultural? Tomemos como ponto de partida a proposta da UNESCO ao referir-se à diversidade cultural como «a multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram a sua expressão» (UNESCO 2005 artigo 4, ponto 1). Marcando indelevelmente as políticas culturais um pouco por todo o mundo, as orientações da UNESCO sugerem que todas as culturas são igualmente válidas e o seu entendimento deve servir objectivos de paz, de diálogo intercultural e de coesão social. Num mundo cada vez mais globalizado considera-se a diversidade cultural tão indispensável para a Humanidade como a diversidade biológica o é para a natureza (UNESCO 2001). Esta perspectiva celebratória da diversidade cultural tem subjacente uma ética global de respeito pela dignidade humana e pelo pluralismo cultural como também subentende a promoção da criatividade e enfatiza o papel da diversidade cultural ao serviço do desenvolvimento sustentável das sociedades.

Mas que entendimentos sugere a noção de diversidade cultural para os museus? Como se traduz, que aportes?

Os museus são espaços de negociação da diferença ao seleccionarem o que é representado, o que se inclui, o que se exclui. Têm, por sua vez, a potencialidade de se afirmarem como espaços de promoção do diálogo intercultural, debatendo os temas da sociedade e a pluralidade de perspectivas, de trazerem para a arena as vozes ausentes ou negligenciadas, com a criação de ambientes construtivos e propícios à reflexão conjunta. Podem, deste modo, contribuir para a tolerância e para melhor compreender os obstáculos e os desafios da vida em sociedade (Kreps 2013). Em teoria, esta linha é consistente com o abandono da ideia de museu portador de um discurso neutro, objectivo e a uma só voz. Este reconhecimento implica também o repensar das práticas museológicas: quem e o quê está representado, como está representado, e quem fala por quem?

Se, por um lado, quando se fala de diversidade cultural se tende a focar nas questões relativas à etnicidade e, portanto, na forma de melhor representar e envolver grupos e comunidades pertencentes a grupos étnicos e de culturas diferentes, sejam imigrantes,

refugiados ou outros grupos, há, por outro lado, o reconhecimento que a diversidade cultural abrange um conjunto mais alargado de “outros” que, de forma consciente ou inconsciente, estão excluídos dos museus. Nesse conjunto estão incluídas preocupações de representatividade ao nível do género, do estatuto socioeconómico, das crenças, da intergeracionalidade, entre outras. Neste sentido, a promoção da diversidade cultural é um tópico transversal a todas as frentes da actividade museológica e de interesse para todas as tipologias de museus.

Por outro lado, se a promoção da diversidade cultural nos museus significa trazer para os museus os aportes de diferentes grupos e comunidades, então o enfoque está também na forma como se envolve, ou seja, no encontrar de formas de participação mais éticas e adequadas que viabilizem processos de consulta, negociação e participação implicando todas as partes interessadas. Esta é também uma das recomendações defendidas pelo ICOM relativamente à promoção da diversidade cultural nos museus (*Carta da Diversidade Cultural do ICOM*, 2010).

Ao reconhecer-se que os museus nem sempre foram eficazes na representação e promoção da diversidade e do diálogo intercultural, é preciso esclarecer que não se trata apenas de uma questão de representação, mas também de uma questão de para quem os museus se dirigem, falamos, portanto, de públicos. Um dos grandes desafios dos museus no séc. XXI é, sem grande margem para dúvidas, o aumento, mas sobretudo a diversificação dos públicos. Os estudos que vão sendo publicados confirmam que é ainda uma minoria, económica e socialmente favorecida, a frequentar museus. A maioria da população está arredada dos museus e, em grande medida, das instituições culturais. Ainda que a ausência de representação de aspectos da sua cultura na programação dos museus possa ser um motivo para que alguns grupos e comunidades não frequentem museus, de um modo geral persistem outras barreiras que são partilhadas pela maioria da população: interesse, económicas, hábitos de visita, acolhimento, disponibilidade/tempo, entre outras. Por exemplo, no último estudo do barómetro europeu sobre acesso e participação cultural as principais barreiras evocadas por portugueses foram, em primeiro lugar a falta de interesse, seguida pela falta de tempo e só depois por razões económicas (European Commission 2013), o que demonstra a premência dos museus em demonstrarem a sua relevância junto a uma população alargada. Até certo ponto, a prevalência de uma estratégia (ou a ausência dela) que não procure contrariar ou romper com as barreiras que limitam o acesso cultural a uma instituição é também uma forma de activamente manter essas desigualdades (Holden 2010).

O debate sobre a promoção da diversidade nos museus também tem sido analisado na óptica dos profissionais de museus *per se*. Serão as equipas dos museus suficientemente diversas e, por sua vez criativas, para dar resposta às necessidades de diferentes grupos e comunidades? No Reino Unido, por exemplo, a Museums Association adoptou a diversidade étnica das equipas de trabalho como eixo estratégico (*Diversity Scheme*), ainda que mais recentemente privilegie uma noção mais aberta, passando a

incluir a diversidade na perspectiva do estatuto socioeconómico, ou seja, promovendo o acesso à carreira nos museus a pessoas de baixa condição económica (Shaw 2013).

Entre 2010 e 2013 fizemos uma pesquisa que compreendeu a análise de três museus europeus com colecções etnográficas (veja-se Carvalho 2015). Nesse contexto foi possível identificar quais as perspectivas de promoção da diversidade cultural negociadas, as principais tendências e os princípios advogados num quadro alargado e transversal das práticas museológicas. Para efeitos da escrita deste texto, optámos por apresentar apenas alguns resultados e reflexões referentes à National Museums Liverpool (NML), organização museológica que tutela oito museus em Liverpool (Reino Unido), um dos quais incluído na investigação que realizámos.

A NML adopta uma abordagem corporativa no que concerne à promoção da diversidade cultural. Além de uma missão e visão comuns, os oito museus partilham entre si vários serviços, nomeadamente no âmbito da educação, do trabalho com as comunidades, da comunicação, entre outras áreas. Uma declaração de intenções no sentido de promover a diversidade cultural ocorreu em 2005, com a criação de um grupo de trabalho responsável por iniciativas neste domínio e por monitorizar o seu impacto na organização. Numa fase seguinte, um compromisso público foi assumido com a publicação da declaração “Igualdade e Diversidade”, que implicitamente reconhecia o alcance restrito da programação dos museus de Liverpool a algumas franjas da sociedade, e estabeleceu um conjunto de objectivos para tornar a organização mais inclusiva.

A necessidade de alterar o perfil de públicos dos museus de Liverpool de acordo com a realidade sociodemográfica reflecte-se na concepção da política para a diversidade, que identifica a diferença de forma multidimensional e alargada, promovendo um entendimento flexível da noção de diversidade. Para além da etnicidade, outras dimensões são contempladas, nomeadamente a questão do género, da idade, da orientação sexual, das crenças e religião, e da deficiência.

A declaração “Igualdade e Diversidade” é dualista nos seus objectivos, pois reconhece a necessidade de mudanças internas e, neste sentido, o documento dirige-se também às equipas dos museus (incluindo fornecedores e outras partes envolvidas com a organização museológica), e ao mesmo tempo é uma mensagem externa que assinala uma mudança na imagem pública da NML e o compromisso em prol da diversidade.

O compromisso para com a diversidade não se esgota, porém, na forma de uma declaração ou na criação de grupos de trabalho ou departamentos específicos, cuja eficácia tem, aliás, sido recentemente questionada, sobretudo quando se desenvolvem nas margens da actividade museológica, causando pouco impacto na cultura da organização (Nightingale e Mahal 2012). A promoção da diversidade é, no âmbito da NML, entendida como uma prioridade que atravessa todas as áreas (gestão de colecções, investigação, criação de projectos, envolvimento com as comunidades e grupos, formação de equipas, administração e governança), não se restringindo, como

mais comumente, à área educativa e a projectos especiais no âmbito da formação e captação de novos públicos.

A estratégia para a promoção da diversidade cultural estende-se também às colecções e às exposições, em reposta às necessidades e interesses de diferentes públicos, através de práticas regulares de consulta e de colaboração (p. ex. interpretação, novas colecções). Além de um programa de exposições comunitárias, que visa a auto-representação por parte de grupos e comunidades, possibilitando a expressão da sua cultura, identidade e património (material e imaterial), destaca-se a criação de exposições multivocais, nas quais se propõe múltiplas perspectivas e leituras com a introdução de testemunhos de membros das comunidades.

A promoção da diferença inserida na programação museológica de forma episódica, embora fundamentada pela vontade de celebrar a diferença e no quebrar de preconceitos, nem sempre garante o efeito que lhe está subjacente para as muitas instituições que o procuram fazer. Porém, na NML, para além de uma programação especialmente dirigida para a promoção de diferentes culturas, esta não se restringe à criação de eventos pontuais de celebração e reconhecimento (Mês da História Negra, Dia da Escravatura, Semana dos Refugiados *Liverpool Irish Festival*, *Liverpool Arabic Arts Festival*, Semana da Deficiência). A diversidade configura-se como um valor que está imbuído na visão corporativa da organização e que fica patente de forma transversal não só pelo trabalho realizado pela equipa das comunidades, mas também por outros departamentos e áreas de trabalho. Até certo ponto, procura-se tornar a diferença como parte integrada na política museológica, torná-la *mainstream*. Esta visão transversal, a par com o enfoque na criação de parcerias que garantam um relacionamento mais durável e sustentável com grupos e comunidades de modo a ultrapassar o carácter pontual das iniciativas, são premissas relevantes para a organização. No cerne da actividade desenvolvida pela equipa das comunidades e pela equipa das parcerias, assume especial relevo o trabalho em rede, ou seja, o envolvimento dos museus com organizações externas de actuação diversa (saúde, educação, cultura, social e outras) ao nível regional ou local, através da consolidação de parcerias que garantam de forma sustentável e a longo prazo o envolvimento de diferentes públicos, grupos e comunidades.

A promoção da diversidade como elemento estratégico permanece na agenda desta organização museológica, também devido a uma forte liderança que viabiliza uma retórica com repercussões significativas e estruturais no seio da organização: a forma como se posiciona (valores, missão), como se organiza, como define a investigação e a programação, e como distribui os recursos humanos e económicos.

O alargamento e a diversificação de públicos alcançado pela NML nos últimos anos resulta da implementação de uma estratégia continuada em prol da diversidade cultural na organização, que não obstante, só tem sido possível através de investimentos substanciais. O papel social da NML e, por sua vez, uma maior responsabilização da organização na sociedade é também o argumento instrumental

que tem levado à procura de fontes e receitas alternativas ao financiamento do governo, de modo a minorar as consequências da redução do orçamento devido à crise económica, e alcançar os objectivos traçados.

Este caso introduz algumas pistas e clarifica a importância de uma estratégia para a diversidade cultural que ocorra a múltiplos níveis das práticas museológicas e de forma transversal. Por outro lado, realça o seu enquadramento numa estratégia mais vasta que inclui como elemento nuclear o alargamento e a diversificação dos públicos. Trata-se de deixar de entender a promoção da diversidade cultural como experiências episódicas e periféricas às práticas museológicas para perspectivá-la como um eixo central da actividade museológica.

Referências

- Carvalho, Ana. 2015. “Diversidade Cultural e Museus no Séc. XXI: O Emergir de Novos Paradigmas.” Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, especialização Museologia, Universidade de Évora. <https://uevora.academia.edu/AnaCarvalho>
- European Commission. 2013. *Cultural Access and Participation: Report (Special Eurobarometer 39)*. Special Eurobarometer 399/Wave EB79.2. [s.l.]: European Commission e TNS Opinion & Social.
- Holden, John. 2010. *Culture and Class*. [Londres]: Counterpoint.
- ICOM. 2010. “ICOM Cultural Diversity Charter.” Paris: ICOM (Conselho Internacional de Museus). <http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icoms-general-assemblies-1946-to-date/shanghai-2010/>
- Kreps, Christina. 2013. “The Power of Words and Vocabularies.” In *Museums and Intercultural Dialogue: The Learning Project Network*, editado por Ineta Zelca Simansone, 4: 13-17. [s.l.]: The Learning Museum - LEM.
- Nightingale, Eithne, e Chandan Mahal. 2012. “The Heart of the Matter: Integrating Equality and Diversity into Policy and Practice of Museums and Galleries.” In *Museums, Equality and Social Justice*, editado por Richard Sandell e Eithne Nightingale, 13-37. Oxon: Routledge.
- Shaw, Lucy. 2013. *Diversify, Reflections and Recommendations: The Final Report on the MA’s Workforce Diversity Scheme*. [London]: Museums Association.
- UNESCO. 2001. *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. 2005. *Convenção Sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris: UNESCO.

PERSPECTIVAS

Refugiados e Museus: Para Além de uma Atitude Assistencialista?



(I)

Maria Vlachou, museóloga

No seguimento da minha comunicação «*Are we Failing?*» na conferência anual da NEMO (Network of European Museum Organizations), o ICOM Portugal convidou-me a partilhar a minha reflexão sobre o eventual papel dos museus na crise dos refugiados.

Foram vários os colegas que levantaram a questão dos refugiados na conferência da NEMO, tanto nos debates como nas conversas nos intervalos. Alguns quiseram partilhar algumas das coisas que já fazem, outros questionaram o que seria possível fazer dada a pequena dimensão dos seus museus e a sua localização periférica, outros ainda afirmaram que há outros problemas e prioridades. Qualquer que tenha sido a intenção ou preocupação, tornou-se claro que este é, sem dúvida, um assunto para os museus europeus hoje.

Os museus encontram-se perante um grande desafio, mas um desafio cuja natureza não lhes é desconhecida: é o “nós” e “os outros”; é a identidade e a inclusão; é a barbárie e a cultura; é precisamente o que os museus são (ou deviam ser).

Num primeiro momento, será importante pensarmos sobre o que os museus não são: os museus não são assistentes sociais, não são psicólogos e psicoterapeutas, não são forças de segurança, não são padres e imãs, nem advogados. Quando se vive uma crise como esta dos refugiados, o desejo e a necessidade de se envolver e de ajudar pode levar-nos facilmente a assumir funções que não são as nossas e para as quais, conseqüentemente, não temos preparação técnica. Mesmo assumindo um papel de apoio na realização de tarefas urgentes e prioritárias no acolhimento e inclusão dos refugiados, seria redutor limitar os museus a esta posição e não explorar o seu verdadeiro potencial, as formas específicas como, dadas a sua natureza e missão, poderão contribuir para este esforço colectivo.

O que está em causa para os museus no caso da crise dos refugiados?

Por um lado, temos quem cá está. Temos a sociedade portuguesa, complexa e diversa, composta por várias comunidades, como a maioria das sociedades contemporâneas. Uma parte desta sociedade revê-se na narrativa dos museus e reconhece-a como o

“nós”. Nas suas colecções e exposições, encontra uma representação do que considera ser a sua identidade e memória colectiva. A verdade é que o fluxo migratório, proveniente de África e, mais recentemente, da Europa de Leste, mudou bastante a composição desta sociedade. No entanto, são raros e pontuais os casos onde esta mudança se tenha reflectido de forma clara no mundo dos museus, desde as colecções, às exposições, às várias outras iniciativas e até à composição das suas equipas (com a excepção, talvez, dos serviços de limpeza). O “nós” e “os outros” e “os outros que agora são nós” é uma questão permanente, da qual penso que os museus estão conscientes, independentemente de a abordarem ou não.

Do outro lado, temos um novo “outro”, que ainda não está aqui, mas que provoca numa parte da população residente sentimentos de medo e de desconforto, o que, conseqüentemente, gera algumas afirmações e atitudes hostis e pouco acolhedoras. Esse “outro” traz, por sua vez, os seus medos, a sua insegurança; perdeu tudo e deverá procurar criar para si uma casa nova numa terra que lhe é desconhecida. Quem são as pessoas que o vão acolher? Como será visto por elas? Será bem-vindo? O que será necessário para ser aceite e para fazer parte?

Haverá uma necessidade destes dois lados se encontrarem, se conhecerem. Caso contrário, dificilmente conseguiremos a inclusão. Dada a natureza da sua acção, os museus parecem-me ser lugares ideais para este encontro acontecer. No espaço onde se preserva a memória e se representa a identidade de um povo, os recém-chegados poderão conhecer o lugar que será a sua nova casa, a sua história e as pessoas que o habitam. Ao mesmo tempo, neste mesmo espaço que se pretende inclusivo, “nós” vamos poder conhecer este novo “outro”. A ideia abstracta do “refugiado” - formada através de imagens televisivas e títulos de jornais - irá ganhar um rosto, tornar-se-á numa experiência de vida concreta. O encontro irá proporcionar uma oportunidade para repensar o medo e o desconforto, questionar os títulos dos jornais e ver a humanidade do outro. Os museus, através das suas colecções e das histórias que preservam, poderão lembrar-nos que nada disto é novo. O passado - e tudo o que foi feito certo ou errado - poderá servir para pensarmos o presente e a sociedade que queremos construir no futuro.

Assim, mais do que assumir uma posição assistencialista, de apoio a tarefas desenvolvidas por outros sectores, os museus deverão pensar naquela que é a sua própria função e no seu contributo específico, único, que nenhuma outra entidade pode fornecer, no esforço colectivo que será a recepção e inclusão dos refugiados em Portugal. Ao mesmo tempo, este contributo não poderá ser pensado sem recurso a outras especialidades, de outros sectores, que poderão ajudar os museus a construir propostas com a sensibilidade, conhecimento e cuidado que a situação requer. Porque não podemos esquecer que vamos lidar com pessoas cujo mundo, tal como o conheciam, mudou para sempre; pessoas traumatizadas, violentadas, que perderam casa, familiares e amigos. A responsabilidade é grande.

Afirmamos muitas vezes que os museus têm a ver com a nossa herança cultural, a nossa identidade, a nossa memória colectiva; têm a ver com o passado, o presente e o futuro; são lugares de conhecimento, de encontro, de diálogo; promovem o respeito e a tolerância; têm um papel educativo e um papel social. Situações como esta que se vive agora com os refugiados testam, de uma forma muito concreta e exigente, a percepção que temos do nosso trabalho e do seu impacto na sociedade. Os museus não vão resolver as questões políticas que deram origem à actual crise dos refugiados. No entanto, possuem as ferramentas que nos permitirão reflectir sobre esta situação de forma crítica, pensar o nosso papel como profissionais de museus e como cidadãos em geral, criar um espaço de encontro com vista à inclusão, visionar a sociedade que queremos construir: civilizada, tolerante, aberta, crítica e humana. Aqui sim, os museus têm claramente um papel a desempenhar.



(II)

Joaquim Jorge, antropólogo

Olhar para dentro: deixar de ser sobre os objectos e passar a ser para as pessoas¹. Mais do que desenvolver programas e actividades exclusivamente para refugiados² ou qualquer outra minoria existente no tecido social da comunidade onde se insere, o museu deve tentar dar resposta aos problemas sentidos pela comunidade. Isto implica questionar o modo como se trabalha³, de perguntar qual o papel que se quer desempenhar, que responsabilidades vai assumir e como se posiciona face à problemática daqueles que são diferentes.

Creio que o museu deve proceder a esta reflexão para seu próprio benefício, para ganhar relevância, para ser entendido como uma instituição útil. Numa tentativa de encontrar um propósito renovado para a sua existência, alargando a sua capacidade de explicar o mundo complexo em que todos vivemos, explorando novas dimensões das colecções e maximizando os seus recursos interpretativos.

¹ Proposta original de Weil, Stephen. 1999. "From Being about Something to Being for Somebody: The Ongoing Transformation of the American Museum." *Daedalus* 128 (3): 229–258.

² Refugiado pode ser qualquer pessoa, noutras circunstâncias podíamos ser nós. Deve, por isso, ser entendido com a mesma heterogeneidade de classe, de religião, de género; com as mesmas esperanças e os mesmos sonhos. Aos refugiados e requerentes de asilo aconteceu estarem em cenários de guerra e de perseguição.

³ De salientar que são poucos os museus que utilizam ferramentas para a definição da sua missão e respectiva visão (onde queremos estar daqui a algum tempo), assim como de ferramentas e instrumentos de planeamento estratégico ou de gestão da mudança.

Fazer só por fazer, é mais do mesmo, é repetir um modelo que é pouco eficaz e serve propósitos mais propagandísticos do que altruístas. Num dos últimos *posts* no blogue [Musing on Culture](#), Maria Vlachou diz que «talvez seja preciso olhar para o museu como se fosse uma pessoa e tomar decisões de acordo com quem somos, sendo fiéis à nossa identidade, aos nossos valores e princípios». Creio que só assim será honesto tomar uma posição, só assim o museu estará permeável à mudança que tantos apregoam e poucos praticam. Uma tomada de posição consciente, reflectida, em sintonia com a identidade do museu e com o que se passa à sua volta: é um processo em permanente construção. Alterações deste calibre não se produzem de forma instantânea, exigem equipas e direcções empenhadas em fazer esse caminho, de uma forma continuada e, claro, assumindo riscos. Não se pode continuar a fazer o mesmo e esperar resultados diferentes.

Será por isso que são poucos os museus que ousam sair da sua área de conforto, daquela onde operam habitualmente? Pergunto se não estamos constantemente a inventar novas formas de envolvimento do “outro” disfarçadas de boas intenções interculturais, numa fachada que se usa orgulhosamente, mas que ainda não se interiorizou? Esta mudança não deixará de estar presente na arquitectura das diferentes unidades orgânicas que compõem o museu e da forma como opera as suas funções sociais. As questões da participação, da inclusão social, da acessibilidade das pessoas que são diferentes, não podem, nem devem, ficar restritas aos serviços educativos/serviços de mediação e educação sob pena de não passarem de um simulacro de serviços prestados às comunidades. Uma vez mais, tem de partir do museu: olhar para dentro e perceber quem e o que existe ao redor⁴. Perguntamos: será ou não obrigatório para o museu encarar esta nova realidade, a coexistência de refugiados na comunidade?

Fazer diferente para fazer a diferença. Não existem receitas nem caminhos que sirvam todos os museus, assim como não existem actividades, nem serviços que sirvam todos os públicos, ao mesmo tempo e da mesma forma. Cada museu é único, mas cada um pode fazer a diferença. Tal como as pessoas, trata-se de uma questão de atitude, de vontade de fazer a diferença, de ouvir o outro.

Os exemplos que conhecemos assentam em colaborações e parcerias com outras organizações e, muitas vezes, envolvem a participação directa daqueles que são diferentes na definição e implementação de propostas⁵. Sabemos que ao encontrar interlocutores adequados se garante a participação e o envolvimento das comunidades, transforma o museu num espaço de diálogo e de partilha (usando as colecções para criar conexões entre os vários intervenientes) e contribui para uma maior coesão social.

⁴ Cf. Carbone, Stan. 2003. “The Dialogic Museum.” *Muse* 31 (1): 36–39.

⁵ O livro [The Participatory Museum](#) (2010), escrito pela Nina Simon, parte do pressuposto que os museus precisam mudar, estão a mudar e no futuro ainda vão mudar mais.

A falta de recursos financeiros é uma maleita crónica para os museus e deve ser rejeitada como pretexto para continuar de braços cruzados. A sustentabilidade de qualquer intenção de inclusão social dependerá mais da capacidade do museu para envolver efectivamente as comunidades em iniciativas de co-criação que tragam um genuíno significado para a vida quotidiana dos refugiados.⁶

Podemos encarar estes desafios como inevitabilidades, no entanto, será a forma como vamos encontrar as respostas que vai depender a existência de muitos museus no futuro. Certamente algo menos positivo ficará reservado aos museus semelhantes a repositórios aborrecidos e cinzentos, sem relevância e onde só se vai obrigado.

Encaro os museus como sistemas vivos, de educação não-formal ao longo da vida, capazes de transformar as pessoas, ajudando a fazer sentido do mundo intercultural, interdependente e complexo em que vivemos. Certamente que se esperam obstáculos, dificuldades e desafios, mas igualmente capacidade de adaptação, resiliência e superação. Os museus que conseguirem criar contextos interpretativos e experiências fortes capazes de surpreender (e transformar) a vida das pessoas, serão entendidos como lugares de espanto, encantamento e descoberta. E quem é que não deseja isso para os museus?

⁶ Cf. Sergi, Domenico. 2013. “Museos y la Integración de Refugiados en el Reino Unido.” *EARI Educación Artística Revista de Investigación* 4: 49-65. <https://ojs.uv.es/index.php/eari/article/view/2658>.

ENTREVISTA com Clara Bertrand Cabral e Lurdes Camacho



10^o ANIVERSÁRIO
CONVENÇÃO
SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO
DA DIVERSIDADE
DAS EXPRESSÕES
CULTURAIS

Fez em 2015 dez anos que a Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi adoptada pela UNESCO (Convenção de 2005). Portugal ratificou o documento em 2007. A celebração da efeméride continua em 2016, mas é tempo de balanços e de perspectivar linhas futuras. Qual é a importância desta Convenção? Qual é o seu impacto nas políticas nacionais? Qual pode ser o contributo dos

museus? A estas e outras questões dão-nos o seu testemunho Clara Bertrand Cabral, técnica superior da área da cultura da Comissão Nacional da UNESCO e Lurdes Camacho, directora de Serviços de Relações Internacionais do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, e ponto focal em Portugal da Convenção de 2005.

No essencial, em que consiste a Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais?

A Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi adoptada pela conferência geral da UNESCO em Outubro de 2005 e constituiu o primeiro instrumento internacional que reconhece a dupla natureza, simultaneamente económica e cultural, dos bens e dos serviços que se encontram no âmago das economias criativas mundiais.

O artigo 1.º da Convenção indica claramente os seus objectivos, desde logo proteger e promover a diversidade das expressões culturais, como a própria designação da Convenção indica, mas também criar condições que permitam às culturas desenvolver-se e interagir livremente de forma mutuamente proveitosa; incentivar o diálogo entre culturas por forma a garantir intercâmbios culturais mais intensos e equilibrados no mundo, em prol do respeito intercultural e de uma cultura de paz; fomentar a interculturalidade a fim de desenvolver a interacção cultural, no intuito de construir pontes entre os povos; promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a consciencialização do seu valor a nível local, nacional e internacional.

A Convenção atribui uma importância muito especial aos países menos desenvolvidos, incluindo nos seus objectivos o de reafirmar a importância dos laços entre cultura e desenvolvimento em todos os países e apoiar as acções organizadas nos planos nacional e internacional para que se reconheça o valor de tais laços, bem como o de reforçar a

cooperação e a solidariedade internacionais num espírito de parceria, a fim de aumentar as capacidades dos países em vias de desenvolvimento para proteger e promover a diversidade das expressões culturais.

Finalmente, a Convenção de 2005 visa reconhecer e dinamizar as indústrias culturais a nível nacional ao reconhecer a natureza específica das actividades, bens e serviços culturais como portadores de identidades, valores e significados, e ao reiterar o direito soberano dos Estados a conservar, adoptar e pôr em prática no seu território as políticas e medidas que considerem adequadas à protecção e à promoção da diversidade das expressões culturais.

“...a Convenção de 2005 tem o seu foco nas indústrias culturais”

A Convenção foi já ratificada por 140 Estados parte, entre os quais Portugal. É a única convenção da UNESCO ratificada pela União Europeia, o que atesta a importância atribuída pelos países europeus às questões relacionadas com este tema.

Qual a importância deste instrumento para as políticas culturais em Portugal?

Em geral as iniciativas desenvolvidas em Portugal no âmbito das convenções da UNESCO têm uma visibilidade e promoção acrescidas, sendo percebidas como actividades credíveis e de qualidade. Assim, uma maior divulgação em Portugal da Convenção de 2005 e dos seus princípios poderá contribuir para um acréscimo da visibilidade das iniciativas desenvolvidas nesta área que se enquadram nos princípios da UNESCO, como por exemplo as que tratam temas como a liberdade de expressão, o diálogo intercultural, a defesa das várias dimensões do género ou a salvaguarda do património, entre muitas outras.

O relatório *Re|Shaping Cultural Policies*, divulgado no passado dia 16 de Dezembro e que faz o balanço da execução da Convenção nos últimos dez anos, refere que desde 2005 sete Acordos comerciais concluídos pela União Europeia integram uma ou mais referências explícitas à Convenção. Considerando que a União Europeia tem 28 Estados membros e que os sete Acordos foram concluídos com outros 26 Estados, então, no conjunto estão implicados nestas negociações 55 Estados, bem como a própria União Europeia.

Em Portugal, felizmente, é cada vez mais frequente a inclusão de referências à Convenção de 2005 nos instrumentos de cooperação bilateral assinados entre Portugal e outros países. No entanto, encontramos-nos ainda aquém do desejável.

Em 2016 Portugal terá de elaborar e apresentar o seu segundo relatório quadrienal e nessa altura, pela informação recolhida, teremos oportunidade de efectuar um balanço destes dez anos de Convenção e de avaliarmos a evolução desde o relatório

apresentado há quatro anos. Mas tudo leva a crer que ainda temos algum caminho a percorrer até que a Convenção de 2005 desempenhe realmente um papel central na criação e no desenvolvimento das políticas culturais em Portugal.

Que balanço é possível fazer em Portugal quanto ao impacto da ratificação da Convenção de 2005?

Portugal entregou em Abril de 2012, o relatório quadrienal sobre a implementação da Convenção no nosso país (disponível [online](#)). As dificuldades encontradas na altura permanecem e falta ainda uma divulgação mais ampla da Convenção e dos benefícios que poderá trazer às indústrias criativas.

O nosso país ratificou a Convenção em Março de 2007, parece muito tempo mas, de facto, demora sempre alguns anos até as Convenções terem visibilidade, serem apropriadas pelos cidadãos e começarem a ter uma aplicação prática. O que se verifica é decorrerem inúmeras iniciativas que poderiam ser desenvolvidas no contexto da aplicação da Convenção o que certamente lhes conferiria maior visibilidade e divulgação.

Não podemos também esquecer programas que não dependem directamente da aplicação da Convenção de 2005, mas que incidem sobre a diversidade das expressões culturais e, neste caso, há que referir a Rede de Cidades Criativas, criada em 2004 pela UNESCO para desenvolver a cooperação internacional entre cidades (urbes) que identificaram a criatividade como um factor estratégico para o desenvolvimento sustentável. Assim, a Rede de Cidades Criativas tem por objectivos fortalecer a criação, produção, distribuição e fruição dos bens culturais e serviços a nível local; promover a criatividade e expressões criativas, especialmente entre os grupos vulneráveis, incluindo mulheres e jovens; melhorar o acesso e a participação na vida cultural, bem como a fruição de bens culturais; integrar as indústrias culturais e criativas em planos de desenvolvimento local.

As cidades criativas da Rede desenvolvem iniciativas mediante parcerias entre os sectores público e privado, organizações profissionais, comunidades, sociedade civil e instituições culturais, promovendo e facilitando a partilha de experiências, conhecimentos e recursos entre as cidades membros como um meio para promover as indústrias criativas locais e o desenvolvimento urbano sustentável.

A adesão à Rede é enquadrada em sete temas - literatura, cinema, música, artesanato e arte popular, design, artes e media, gastronomia - e em Dezembro de 2015 a Rede integrou as primeiras cidades criativas portuguesas: Idanha-a-Nova como Cidade Criativa da Música e Óbidos como Cidade Criativa da Literatura.

O que falta fazer em Portugal quanto à implementação da Convenção de 2005?

É necessária uma maior divulgação dos princípios e benefícios da Convenção de 2005, para que possa ser mais amplamente implementada. Seria útil a realização de

seminários e *workshops* sobre o tema para o debate e troca de experiências entre os agentes culturais, por exemplo, assim como uma maior divulgação das iniciativas que inúmeras entidades desenvolvem e que, de facto, se encontram alinhadas com a Convenção de 2005, ainda que não tenham sido pensadas dessa forma.

É importante que as entidades públicas interiorizem e ponham em prática os princípios referidos na Convenção como o apoio a sistemas sustentáveis de governança para a cultura e o desenvolvimento de medidas que permitam alcançar um fluxo equilibrado de bens e serviços culturais, aumentando a mobilidade dos artistas e profissionais da cultura. Importa sublinhar que a Convenção de 2005 se encontra bem alinhada com os objectivos de desenvolvimento sustentável fundados na cultura da Agenda 2030, podendo dar-se como exemplo o referido no artigo 13.º, designadamente que «as Partes empenhar-se-ão em integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, a todos os níveis, tendo em vista criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, neste contexto, privilegiar os aspectos ligados à protecção e à promoção da diversidade das expressões culturais».

Finalmente, a Convenção é também um instrumento privilegiado para fomentar e preservar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, como estatuído no artigo 2.º, podendo constituir uma excelente base de trabalho para a educação das gerações mais novas no respeito pela paz, pela tolerância e pelo diálogo.

***“... falta ainda uma divulgação mais ampla da
Convenção e dos benefícios que poderá trazer às
indústrias criativas”***

Todavia, todos estes objectivos são muito difíceis de alcançar sem o empenho e a colaboração da sociedade civil em geral e das organizações não-governamentais em particular. Neste campo, pode-se referir o trabalho desenvolvido pela Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural, mas existem muitas outras associações, sociedades, clubes, que desenvolvem trabalho nestas áreas que fica por conhecer. Seria muito importante a constituição de uma base de dados de boas práticas, disponível para consulta, que possibilitasse a partilha de experiências, facilitasse o estabelecimento de parcerias e servisse de inspiração a outras entidades para desenvolver actividades nas áreas de intervenção da Convenção.

Um documento imprescindível para o melhor conhecimento e aplicação da Convenção são as [Directrizes Operacionais](#) que reúnem as decisões do Comité da Diversidade Cultural num único documento constituindo, no fundo, a “regulamentação” da Convenção. Estão disponíveis no *website* da UNESCO juntamente com outros textos

fundamentais da Convenção e esperamos que em breve esteja disponível a versão em português. Este é um documento sempre em actualização, e a consulta do capítulo sobre educação e sensibilização do público aponta medidas concretas que poderão ser desenvolvidas a nível nacional.

Como é que a celebração dos dez anos da Convenção foi acolhida em Portugal? Que iniciativas foram desenvolvidas?

O 10.º aniversário da Convenção de 2005 constitui uma excelente oportunidade para celebrar a diversidade cultural, a criatividade e o papel da cultura no desenvolvimento sustentável; oferece um enquadramento privilegiado para se encontrarem novos caminhos de promoção da criatividade, da inovação e do desenvolvimento inclusivo, equitativo e durável, bem como para efectivar a integração da cultura na Agenda 2030 das Nações Unidas.

Durante o ano de 2015 a Comissão Nacional da UNESCO, o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (que alberga o ponto focal da Convenção em Portugal) e a Coligação Portuguesa para a Diversidade Cultural desenvolveram algumas actividades de promoção da Convenção e de divulgação dos seus princípios, valores e objectivos, como a organização de um colóquio no Museu do Fado no dia 21 de Maio, Dia Internacional da Diversidade Cultural.

Gostaríamos que muitas mais actividades que foram, e estão a ser, realizadas e agendadas - pois a celebração prosseguirá em 2016 - pudessem ser organizadas no âmbito destas comemorações e deixamos desde já o convite a todos quantos desejarem fazê-lo a contactar a Comissão Nacional da UNESCO ou o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais para poderem utilizar o logótipo que foi criado de propósito para a comemoração deste 10.º aniversário da Convenção.

Há por vezes alguma confusão entre a Convenção de 2005 e a Convenção de 2003, que é dedicada ao Património Cultural Imaterial. Quais são as principais diferenças?

São convenções com objectivos diferentes mas que, em muitos aspectos, se tornam complementares. A Convenção de 2005 tem o seu foco nas indústrias culturais e na sua disseminação, lida com as actividades, bens e serviços culturais contemporâneos enquanto produtos económicos e valoriza sobretudo as criações individuais. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, por seu lado, incide sobre os conhecimentos, práticas, representações, expressões e saberes-fazer colectivos, fundados nas comunidades e transmitidos de geração em geração, colocando o enfoque na salvaguarda das práticas para evitar que se percam.

No entanto, em ambas as convenções existem princípios gerais, que são os das Nações Unidas e, por conseguinte, da UNESCO enquanto agência especializada da ONU para a cultura, os quais são aplicáveis às actividades desenvolvidas por ambas as convenções.

Podem referir-se o respeito pelos direitos humanos e a liberdade, o desenvolvimento sustentável ou a prioridade dada ao ser humano e ao seu bem-estar e dignidade.

No essencial, a Convenção de 2005 trata as questões relacionadas com as indústrias criativas enquanto a Convenção de 2003 procura salvaguardar as tradições alicerçadas no tempo que permanecem funcionais - e aqui é necessário sublinhar que o Património Cultural Imaterial não é sinónimo de ruralidade, de práticas antigas e ultrapassadas, pois a Convenção frisa bem, na definição de Património Cultural Imaterial, a necessidade de recriação constante e de adaptabilidade aos tempos actuais do património intangível, questão que muitas vezes não é bem compreendida.

A nível nacional parece ter havido mais impacto da Convenção de 2003 do que a Convenção de 2005 nas políticas culturais? Concordam? A que se deve?

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial nasceu inspirada na Convenção do Património Mundial e inclui mecanismos semelhantes que beneficiaram da popularidade já alcançada pela Convenção de 1972. É possível que o impacto da Convenção de 2003 e o seu sucesso se devam principalmente à possibilidade de inscrição de elementos patrimoniais em listas, o que origina uma grande visibilidade e torna a Convenção mais atractiva e eficaz para a promoção local e regional.

São inúmeros os municípios que pretendem inscrever elementos na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente para darem a conhecer o seu património - o que não é de todo negativo desde que os benefícios decorrentes dessa promoção patrimonial revertam a favor dos detentores do património. Mas não nos devemos esquecer que o objectivo principal da Convenção de 2003, tal como o nome indica, é a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, sendo a inscrição em listas e a promoção e divulgação daí decorrentes apenas alguns dos aspectos que devem ser atendidos. A este respeito, a TSF transmitiu recentemente uma entrevista com Cecile Duvelle, directora da secção do Património Cultural Imaterial na UNESCO, onde esta explica muito claramente quais os objectivos da Convenção do Património Cultural Imaterial (<http://www.tsf.pt>).

A Convenção de 2005, neste aspecto, é menos imediata e mediática, pois as expressões culturais não são divulgadas através de qualquer lista ou outro mecanismo e o próprio Fundo Internacional para a Diversidade Cultural só pode financiar projectos desenvolvidos por países em desenvolvimento, não sendo Portugal elegível.

Apesar disto, e como referido anteriormente, acreditamos que este é um caminho que estamos a percorrer, mas que leva o seu tempo, e a UNESCO tem-se esforçado por dar maior visibilidade à Convenção de 2005 e, principalmente, aprofundar a reflexão sobre as suas várias vertentes, disponibilizando informação e estudos no *website* dedicado à Convenção (<http://en.unesco.org/creativity/>).

Além do relatório *Re|Shaping Cultural Policies* também foi recentemente divulgado o *Full Analytic Report (2015) on the Implementation of the UNESCO 1980 Recommendation Concerning the Status of the Artist*, que tem interesse para a reflexão sobre as questões relacionadas com a Convenção de 2005. A Recomendação Relativa ao Estatuto do Artista foi adoptada pela conferência geral da UNESCO em 1980 e convida os Estados membros a melhorar o estatuto profissional, social e económico dos artistas através da implementação de políticas e medidas relacionadas com a formação, emprego, segurança social, as condições de rendimentos e impostos, mobilidade e liberdade de expressão. Também reconhece o direito dos artistas a se organizarem em sindicatos ou organizações profissionais que podem representar e defender os interesses dos seus membros. Não sendo um documento vinculativo, poderá contribuir para uma mais eficaz implementação da Convenção de 2005.

Na vossa opinião, qual pode ser o contributo dos museus neste domínio?

Os museus são entidades privilegiadas para alcançar uma melhor e mais ampla divulgação da Convenção de 2005, podendo contribuir muito positivamente para a sua implementação em Portugal. Os museus são actualmente muito mais do que meros repositórios de artefactos e a Convenção de 2005 oferece um quadro conceptual para a implementação de actividades relacionadas com o vasto e diversificado trabalho que os museus são actualmente chamados a desenvolver.

Importa aqui recordar a Recomendação da UNESCO Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade, aprovada pela UNESCO em Novembro, que reconhece ser a comunicação uma das funções primordiais dos museus. Neste âmbito, a Recomendação indica que «os (...) museus devem ser incentivados a usar todos os meios de comunicação para desempenhar um papel activo na sociedade através, por exemplo, da organização de eventos públicos, participando em actividades culturais relevantes e noutras interacções com o público, de forma presencial e digital».

Os museus intervêm já activamente na implementação a nível nacional das várias convenções da UNESCO como a Convenção do Património Mundial e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Seria certamente oportuno que os museus comesçassem a intervir activamente nas áreas abrangidas pela Convenção de 2005, pois isso certamente ajudaria a enquadrar de forma mais objectiva muitas das acções realizadas pelos museus, dando-lhes uma visibilidade acrescida e um escopo mais abrangente.

NOTÍCIAS ICOM

Memória e Migrações, as Cidades e os seus Museus

Conferência Anual do CAMOC

Joana Sousa Monteiro, directora do Museu de Lisboa

A conferência anual do CAMOC (Comité Internacional do ICOM para as Coleções e Actividades dos Museus de Cidade) deste ano (2–4 Set. 2015) foi especial, pois tratava-se de comemorar os dez anos deste jovem comité criado em Moscovo. Decidiu a direcção do CAMOC regressar a Moscovo para uma conferência dedicada ao tema das migrações e da memória no âmbito dos museus de cidade. A este tema principal juntou-se o da redefinição do conceito de museu de cidade, que foi mote do principal *workshop* desenvolvido durante a conferência (cf. [programa](#)).



Conferência do CAMOC no Museu de Moscovo, 2015 © CAMOC

Os trágicos acontecimentos dos últimos meses tornaram o tema das populações migrantes em contexto urbano numa problemática que urge mais ainda debater com persistência e sabedoria no âmbito dos museus de cidade que se pretendem actuais.

Foram exemplos paradigmáticos da importância deste assunto para os museus em geral e para os museus de cidade em particular, duas das comunicações iniciais, a do *keynote speaker* Morris Vogel, director do Lower East Side Tenement Museum de Nova Iorque, e a de Diana Pardue, responsável pelo Ellis Island National Museum of Immigration (Nova Iorque). Foram explanados de modo muito interessante conceitos de inclusão e de exclusão; a ideia dos museus “de tolerância” e das “narrativas museológicas compensatórias”; a questão das histórias ainda excluídas da história dominante; a diferença entre tolerância e inclusão em relação à imigração no discurso expositivo; ou a diferença entre migrantes e refugiados.

Perante as intervenções de outros museus de imigração (como o Museu da Imigração de São Paulo) e de museus de cidade como o Museu de Antuérpia (MAS), o Museu de Copenhaga, ou o Museu de Roterdão, e tendo em conta o bom trabalho em curso de documentação relativa às populações migrantes, foi extraordinário verificar como, muitas vezes, as memórias das famílias que partem se cruzam com as memórias das famílias que chegam, no âmbito dos acervos destes mesmos museus.

Há um trabalho muito complexo, mas de grande relevância para os tempos que vivemos, que os museus de cidade podem fazer com as suas comunidades migrantes,

tal como atestam os vários exemplos dados nesta conferência, em prol do respeito e do conhecimento pelas comunidades urbanas actuais e pela sua memória, em defesa, portanto, dos direitos humanos. O psicólogo social Eugene Tartakovsky, sediado em Israel, apresentou uma comunicação sobre a importância das redes sociais de imigração e afirmou a importância que os museus actuais têm na compreensão dos fenómenos das migrações enquanto mediadores culturais. Recordou-nos como somos todos imigrantes neste planeta, apenas diferindo nos tempos de chegada e de partida.

A redefinição da tipologia de museu de cidade foi um trabalho iniciado pelo CAMOC através da aplicação de um inquérito a todos os membros individuais e institucionais do comité, bem como a responsáveis de outros museus de cidade não membros. Os resultados do inquérito foram apresentados e discutidos numa reunião promovida pelo Museu de Berlim em Março passado e publicados na revista digital do comité de Julho ([Camocnews](#)).

A segunda parte da conferência de Moscovo foi dedicada à redefinição do conceito de museu de cidade, sendo que nos coube apresentar a comunicação inicial prévia ao *workshop*, a qual incidiu sobre o recente processo de transformação do Museu de Lisboa, na perspectiva da mudança conceptual e programática de um antigo museu municipal para um museu de cidade contemporâneo, como um caso de estudo com similitudes com muitos outros museus de cidade actuais, reconfigurados ou criados de novo.

Do *workshop* realizado surgiu o elencar de novos desafios e novos valores que emergem para os museus de cidade, tipologia dinâmica por natureza, tais como: a necessidade de acompanhar a constante mudança; a importância da promoção do sentido de pertença; o posicionamento do discurso museológico na inclusão e no pluralismo; a promoção da conexão entre as pessoas, entre outros (resultados publicados na [Camocnews](#) de Outubro).

Voltando ao tema inicial da inter-relação crescente entre museus de cidade e migrações, o modo como esta conferência se desenvolveu levou à organização do primeiro *workshop* sobre metodologias de trabalho em museus de cidade com comunidades migrantes urbanas, que teve lugar no Open Museum, em Glasgow, a 26 e 27 de Novembro de 2015.

Nota da ed.: Está disponível um vídeo-resumo da conferência: <https://www.youtube.com>

Embaixadores do Diálogo: O Papel dos Presentes Diplomáticos, Obras de Arte e Outros Artefactos no Intercâmbio Cultural

Conferência Anual do ICOMAM e ICDAD

Maria José Gaivão de Tavares, conservadora, Palácio Nacional da Ajuda

Dedicado ao tema *Embaixadores do Diálogo - O Papel dos Presentes Diplomáticos, Obras de Arte e Outros Artefactos no Intercâmbio Cultural*, esta foi a primeira conferência organizada em conjunto pelos dois comités ICOMAM (Comité Internacional do ICOM para Museus de Armas e de História Militar) e ICDAD (Comité Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Artes Decorativas e de Design). Teve lugar em Cracóvia, na Polónia, entre 15 e 20 Setembro de 2015.



Sala da conferência no Museu Nacional de Cracóvia

O facto de se terem associado dois comités que aparentemente parecem tratar de assuntos quase antagónicos, foi francamente interessante e de grande proficuidade.

Se quando pensamos em fardas, armaduras, espadas, canhões ou pistolas não pensamos em artes decorativas, a verdade é que as artes decorativas estão presentes em grande parte dos objectos militares. O inverso é também de considerar. Quantos objectos bélicos integram colecções dos museus de arte? Quantas vezes os conservadores de arte se deparam com objectos dessa natureza como por exemplo punhais, armaduras, espingardas cuja função é preciso esclarecer?

Não faltam exemplares deste tipo no Palácio Nacional da Ajuda. Como é o caso das armaduras japonesas, catanas, espingardas, adagas e espadas das colecções reais.

O tema central do congresso dividiu-se em três painéis: «Museus e Presentes Diplomáticos», «A Europa e o Oriente» e «Interpretação e Intercâmbio entre Culturas».

No primeiro painel apresentaram-se várias tipologias de presentes diplomáticos que integram as colecções dos museus militares e museus de artes decorativas: das armas às porcelanas passando pelo coral, ouro, prata, vidro, têxteis e até animais de estimação. Os presentes magníficos e os presentes “envenenados”, a sua interpretação e conservação e as razões pelas quais se conservam nos museus.

No segundo painel, dedicado à temática das trocas interculturais ocidente-oriente e da importância dos objectos na apresentação do “eu” e conhecimento do “outro”, foi apresentada a comunicação do Palácio Nacional da Ajuda pela signatária, com o apoio de uma bolsa do ICOM Portugal. Intitulada «Os Presentes Diplomáticos do Japão e a Criação da Sala Chinesa no Palácio da Ajuda» tratava-se da apresentação de uma pesquisa sobre os presentes diplomáticos oferecidos pelo governo do Japão aos reis D.

Pedro V e D. Luís, em 1861 e 1864 respectivamente, ainda hoje existentes nas colecções do Palácio Nacional da Ajuda.

A assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre os dois países, a visita da delegação japonesa a Portugal em 1862, recebida na Sala do Trono do Palácio da Ajuda, e a identificação dos referidos objectos, a partir de documentação histórica, permitiram, de certa forma, compreender o estado das relações diplomáticas Portugal-Japão e fazer o levantamento da decoração da Sala Chinesa do Palácio à época.

Ainda no segundo painel foram apresentadas comunicações sobre ofertas do Império Otomano à Áustria, da Suécia à Pérsia e entre a Grã-Bretanha e o Sultanato de Oman. Presentes que criaram paz e presentes incompreendidos.

No terceiro painel analisaram-se questões pertinentes no que diz respeito à interpretação: os presentes dialogam, submetem, obrigam, podem até ser uma maldição? Preenchem expectativas, demonstram poder ou gratidão, agradam, espantam e agradam...

No terceiro dia do congresso reuniram-se os comités individualmente. O ICDAD lançou o mote *Craftsmanship and lifestyle* para a reunião-geral do ICOM 2016.

As visitas aos museus de Cracóvia, nomeadamente ao Museu da Universidade de Cracóvia, ao Castelo de Cracóvia, ao Museu Nacional de Cracóvia e ainda à Mina de Sal de Wieliczka, cujas visitas foram efectuadas pelos conservadores das mais diversas áreas, foram oportunidades únicas para partilhar conhecimentos, práticas e dificuldades inerentes à profissão. Por fim, destacamos a exposição temporária *Ottomania: The Ottoman Orient in Renaissance Art* patente no Museu Nacional de Cracóvia, não só pelo interesse do tema e riqueza das peças apresentadas, mas também pelo design expositivo e pela museografia.

Nota da ed.: Mais informações em: <http://www.icom-icdad.com>

Datas Especiais, Celebrações Diferentes... Como Cativar o Público?

23.ª Conferência Internacional da IACM

Suzana Faro, coordenadora do Museu dos Transportes e Comunicações, Porto

Decorreu na Alfândega do Porto, entre 16 e 18 de Setembro, a conferência anual e assembleia-geral da [IACM](#) (International Association of Customs Museums)⁷, organizada este ano pelo Museu das Alfândegas - integrante do Museu dos Transportes e Comunicações (MTC) -, representante nacional nesta associação internacional.

A 23.ª conferência da IACM adoptou como tema *What do We do on Special Events to Attract Visitors?*, procurando deste modo partilhar experiências e reflectir sobre a acção dos museus aduaneiros ao nível mundial.



23.ª Conferência Internacional da IACM
© Museu dos Transportes e Comunicações, Porto

O programa associou igualmente visitas à Alfândega Velha (Casa do Infante) e à Alfândega Nova do Porto - sede do museu -, bem como à cidade do Porto, procurando deste modo partilhar e promover não só o panorama museológico local nesta área, mas também a cidade e a sua forte tradição comercial.

A conferência contou com 30 delegados de diversos museus aduaneiros do mundo: Alemanha, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, China, Eslováquia, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, República Checa, Suíça e Portugal.

Na sessão inicial foi apresentado o programa para a próxima conferência da IACM, a realizar em parceria pelos museus aduaneiros da Áustria (Kustos des Österreichischen Zollmuseums) e da Eslováquia (Financial Directorate of the Slovak Republic) e a decorrer alternadamente em Viena e Bratislava, de 21 a 23 de Setembro de 2016.

O tema suscitou a apresentação de diversas comunicações, reflectindo, de um modo geral, sobre o trabalho dos museus com os seus públicos e as estratégias subjacentes à sua acção.

A apresentação do Museu Aduaneiro do Azerbaijão (Azerbaijan Customs Museum), com sede em Baku, foi alicerçada num vídeo espelhando a sua acção abrangente no sentido do alargamento de públicos, frisando, por um lado, o seu trabalho fora de portas e além-fronteiras, numa aposta na promoção da expressão cultural do Azerbaijão; e, por outro, no projecto de museu virtual direccionado para os utilizadores da Internet.

⁷ Nota da ed.: Organização afiliada do ICOM.

O Museu Aduaneiro da China (China Customs Museum), em Pequim, que integrou a IACM nesta assembleia-geral (realizada a 17 de Setembro de 2015), optou por uma apresentação mais ampla e não exclusivamente centrada no tema proposto. O museu inaugurou em 2014, após dez anos de trabalho na sua preparação, ocupando uma área de mais de 8000 m² de exposição permanente, centrada na história aduaneira chinesa.

Da apresentação do Museu Aduaneiro da Alemanha (Deutsches Zollmuseum), localizado em Hamburgo (numa área classificada em 2015 como Património Mundial), destacou-se a forte ligação que promove a cidade, a sua população e território. Sublinhou-se, entre outros, o trabalho conjunto na celebração da Noite dos Museus (envolvendo o trabalho articulado de 57 museus e galerias da cidade), bem como a participação no programa *Future Day*, alicerçado numa plataforma de abrangência nacional, que permite apresentar aos mais novos várias opções profissionais.

O Museu Aduaneiro da Hungria (Pénzügyőr- És Adózástörténeti Múzeum), em Budapeste, expôs claramente a sua aposta num forte envolvimento com a comunidade. Saliente-se a exposição temporária anual de novas doações do museu (associada à cerimónia de entrega de diplomas aos doadores), destacando deste modo o seu papel na construção do museu e ao reforçar o envolvimento e a criação de laços afectivos de proximidade com a comunidade; ou ainda o envolvimento no multicultural Festival Sziget, de âmbito nacional.

Da actividade do Museu Aduaneiro da Holanda (Tax & Customs Museum), em Roterdão, museu recentemente remodelado, sublinha-se o original projecto *Museumstreet*, em que o museu sai fora de portas e entra na casa dos habitantes da cidade expondo aí objectos da sua colecção e permitindo a estes, por sua vez, abrirem as suas portas por um dia para a visita dos seus vizinhos. Esta é, de resto, uma aposta forte do Tax & Customs Museum, que terminou a sua apresentação reforçando a importância de trazer o museu para fora das suas paredes, “saindo dos eixos”, envolvendo-se e envolvendo a comunidade, pese embora, muitas vezes, a incerteza do resultado final.

O Museu das Alfândegas, parte integrante do Museu dos Transportes e Comunicações que tem sede na Alfândega do Porto, Portugal, é o representante nacional na IACM. O museu centrou a sua apresentação na importância do *tempo* para o museu e seu trabalho público (exemplificado em diversos projectos que vem desenvolvendo): a importância do tempo histórico; o tempo dedicado ao trabalho de “bastidores” que garante a qualidade do serviço público que presta; o tempo que dedica a quem o visita; e o tempo que cada visitante lhe dedica. Neste contexto, foi realçada a acção do museu no sentido do reforço dos laços de proximidade com os seus públicos, alicerçado na importância da comunicação (saber falar e saber ouvir) e suas amplas possibilidades na contemporaneidade, e traduzida através de acções diversas que permitam promover o conhecimento e o respeito pelo património e reforçam, assim, a relevância do museu.

Com sede em Helsínquia, o Museu Aduaneiro da Finlândia (Tullimuseo), trouxe para a conferência a sua experiência na participação, juntamente com outros museus da

cidade, no IHME 2015 Modern Art Festival, realizado anualmente em Helsínquia e a edição de 2015 (entre 16 e 27 de Março) focada nas mudanças sociais e nos factos e objectos que a testemunham. O tema *Do touch* deu origem a um projecto em que diversos objectos da colecção do museu (devidamente contextualizados), foram apresentados em diferentes espaços, permitindo ao público tocar/manusear e, deste modo, procurando criar laços e apelar à memória dos participantes. A acção assumiu-se como uma experiência de *marketing* bem-sucedida, resultando numa abordagem de pequeno investimento, mas de grande expressão em termos de participação.

Destacou-se na apresentação do Museu Aduaneiro de França (Musée National des Douanes), em Bordéus, o desenvolvimento de acções de forte impacto público associadas a um baixo investimento financeiro, tema particularmente actual e de grande pertinência. O exemplo apresentado - a celebração da Noite Europeia dos Museus ao longo de diversos anos - teve por base um conjunto de acções de visita (gratuita), num modelo criativo e diferente do habitual, mais sensorial e inesperado, que tem tido grande impacto e tem permitido cativar novas franjas de público.

A última apresentação coube ao projecto do Museu Aduaneiro dos Estados Unidos (National Customs Museum Foundation) e teve por base a exposição do New London Customs House Museum, no Connecticut, seus conteúdos e impacto público.

Esta partilha de ideias e experiências - mas também dificuldades - entre os vários delegados constituiu matéria de grande interesse nesta conferência, reforçando o sentido da constituição, em 1993, da própria IACM, que se assume como uma rede de colaboração e partilha entre museus que promovem a temática aduaneira e a preservação dos seus testemunhos, e que conta hoje com 26 membros representantes de 26 países no mundo.

Nota da ed.: Mais informações em: <https://museumevent.wordpress.com/iacm-conference/>

Preencher as Lacunas da Acessibilidade: O Desafio Educativo dos Museus Conferência Anual do CECA

Mário Nuno Antas, correspondente nacional do CECA

Com um título ambicioso, a conferência anual do CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural) propunha-se a debater o tema *Museum Education and Accessibility: Bridging the Gaps* (Washington, 17–21 Set. 2015). Desenganem-se os que pensam que esta seria mais uma conferência para debater as questões da acessibilidade na sua vertente mais trabalhada: a da acessibilidade física. Pois não foi. Não o foi porque a acessibilidade foi debatida em larga escala, isto é, a acessibilidade física para diversos tipos de públicos, a acessibilidade intelectual e a acessibilidade comunicativa.



Conferência anual do CECA em Washington, 2015 © CECA

Logo no texto inicial da conferência anunciava-se que esta iria considerar que a acessibilidade está relacionada com o grau em que colecções de museus, programas e experiência estão disponíveis para as pessoas. E quando os participantes da conferência iniciaram a sua jornada de reflexão estavam bem cientes que em termos de acessibilidade existem ainda muitas barreiras físicas, intelectuais, de tempo e de distância que impedem as pessoas de terem mais oportunidades de aprendizagem.

Assim, o Smithsonian Center for Learning and Digital Access (Washington), anfitrião da conferência, colocou a todos os participantes questões para serem reflectidas em conjunto e para que as experiências fossem partilhadas. Como pode a educação no museu colmatar as lacunas na acessibilidade? Que papéis podem desempenhar as novas tecnologias e o acesso digital? O que sabemos sobre as motivações, as necessidades e as expectativas dos públicos em relação aos museus? Que modelos de inclusão podem os educadores de museu partilhar? Quais os exemplos de programas que permitem aos visitantes melhorarem o seu conhecimento e qualidade de vida? Como podem os educadores de museu manter e expandir esses modelos e programas? Como pode o acesso digital expandir as oportunidades de aprendizagem e capacitar o público a participar plenamente nas suas comunidades locais e na sociedade global? Que perguntas devem os museus fazer a si mesmos sobre o uso e ética na utilização das novas tecnologias e do acesso digital? Para todas estas questões e outras que surgiram do debate, os participantes foram convidados a partilhar investigações, exemplos, ideias, boas práticas e experiências.

Nota da ed.: No *website* da conferência encontra alguns vídeos das apresentações e outras informações: <https://cecad2015.wordpress.com>

O Acesso Enquanto Direito Humano: Relato da Conferência

Federation of International Human Rights Museums

Jean-Yves Durand, director do pólo do CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia) na Universidade do Minho

É possível discutir acerca da amplitude exacta do leque de “funções” reconhecidas como definitórias do que são ou devem ser os museus, em particular numa altura em que algumas das evoluções que os afectam apontam para uma fragmentação e uma profunda redefinição da sua identidade num futuro próximo. Mas o simples facto de se tratar de instituições abertas ao público chega para que qualquer museu encerre sempre em si próprio problemáticas relacionadas com os direitos humanos. Alguns museus podem escolher abordá-las de maneira mais ou menos assumida e deliberada. Outros, no entanto, em razão das especificidades do seu objecto ou das características do seu contexto histórico e sociocultural, vêem-se confrontados com a inevitabilidade de um profundo envolvimento reflexivo (deles próprios mas também da variedade dos seus parceiros) na busca de propostas favoráveis a uma inclusão social alargada.



Museu da Nova Zelândia - Te Papa Tongarewa © Te Papa

É o caso do Museu da Nova Zelândia - Te Papa Tongarewa, onde decorreu, de 22 a 24 de Setembro de 2015, a sexta conferência da [Federation of International Human Rights Museum](#)⁸. Instalado na zona portuária do centro de Wellington, a capital do país, num edifício notável (construído no tempo previsto e sem ultrapassar o orçamento...) que procura figurar a mediação entre os universos socioculturais autóctones e de origem europeia. O museu abriu em 1998 para dar resposta ao crescente sentimento de inadequação dos seus antecessores perante as evoluções da sociedade neozelandesa.

O país ilustra uma situação dita de *post-settlement*. A noção, de difícil tradução para português, procura realçar a especificidade de sociedades pós-coloniais que têm uma população com um forte contingente de descendentes dos colonos europeus e cujas independências em geral já antigas resultaram mais da afirmação desse grupo perante o controlo da “metrópole” do que das reivindicações das populações originais, ao contrário do que aconteceu na fase última de descolonização na segunda metade do séc. XX. Na sua ampla diversidade (Brasil, Estados Unidos, Austrália, África do Sul, México...), estas sociedades tiveram todas de definir maneiras de lidar com um multiculturalismo *de facto*. É com uma determinação muito variável que questionam agora as desigualdades socioculturais herdadas da colonização, mas a Nova Zelândia

⁸ Nota da ed.: Organização afiliada do ICOM.

encontra-se neste momento no grupo de países mais proactivos nesta área, e o princípio de biculturalismo norteia todo o projecto de Te Papa Tongarewa.

Foi de facto logo à chegada que surgiu a oportunidade de constatar a centralidade desta preocupação, com o *pōwhiri*, uma cerimónia formalizando uma tomada de contacto entre dois grupos sociais, que decorreu no *marae* do museu. Este espaço de encontro entre uma comunidade e os seus visitantes tem antes de mais um significado identitário: em Te Papa, foi concebido de maneira a constituir um fórum simbólico dos diversos *iwis* (“tribos”) do país e dos *pākehās* (pessoas de origem europeia), mas igualmente dos grupos de imigração mais recente (entre os quais uma “comunidade” portuguesa oficialmente reconhecida pelo Estado apesar de não ter mais do que algumas centenas de pessoas). Algo surpreendidos, os participantes viram-se envolvidos num protocolo maori estipulando que homens e mulheres formem grupos separados e com papéis estritamente definidos, integrando elementos religiosos (é frequente rezas cristãs fazerem parte de eventos públicos maoris) e cantos, e concluindo-se com a troca de um *hongi* (saudação em que a testa e o nariz de duas pessoas se tocam) entre todos. Longe de configurar uma encenação trivial, a cerimónia tinha sensíveis implicações políticas ainda realçadas quando intervenientes indicaram que o ano de 2015 marca os 175 anos do Tratado de Waitangi, celebrado entre a Coroa britânica e chefes maoris, e o centenário da batalha de Gallipoli na primeira Guerra Mundial, dois eventos fundadores da identidade nacional neozelandesa.

Estava assim dado o mote de uma conferência que se preocupou pouco com as dimensões físicas, sensoriais, cognitivas e comunicacionais da questão da acessibilidade dos museus. Em vez de focar esses aspectos, que estão mais ao alcance de intervenções pontuais ou de bricolagens correctivas, mesmo em contextos de grandes restrições orçamentais, as 28 comunicações e oito mesas-redondas (veja-se o [programa](#)) debruçaram-se sobre a dimensão mais fundamental e complexa das barreiras sociais e culturais: envolvimento de grupos minoritários ou estigmatizados, autoridade partilhada em matéria de interpretação e de curadoria, repatriação de bens espoliados, “histórias difíceis”, memórias colectivas traumáticas, patrimónios polémicos (por corresponder a práticas tradicionais que colidem com o universalismo dos “direitos humanos”).

Esta enumeração dos temas transversais aos três dias do encontro indica que a acessibilidade nunca foi aqui abordada nos termos de uma democratização da cultura entendida, à maneira de Malraux, como um esforço de alargamento dos públicos da cultura “legítima”, reconhecida pelas elites, de difusão social de discursos culturais predeterminados e autorizados. Pelo contrário, mesmo quando oriundos de países que não primam pela sua multiculturalidade, os delegados pareciam partilhar, em consonância com o projecto bicultural de Te Papa, da convicção da necessidade de uma democracia cultural, necessariamente pluralista, que valoriza a variedade das práticas culturais representadas na totalidade da sociedade e promove um acesso a uma posição de autoridade das minorias na elaboração dos discursos.

Na Europa, as políticas públicas da cultura evidenciam vivas tensões entre as versões mais extremas e exclusivas destas duas visões, em particular à volta das suspeitas de relativismo associadas à última. Semelhantes receios não foram no entanto expressos na conferência, talvez devido em parte ao facto de só se encontrarem sete europeus num grupo de uma centena de participantes que provinham sobretudo da Ásia do sudeste e de países periféricos do Pacífico, com as ausências notórias de qualquer representação dos Estados Unidos e de países africanos.

O isolamento geográfico da Nova Zelândia (aproveito para agradecer a generosa bolsa do ICOM Portugal que tornou a minha participação possível) foi também sensível na curiosidade dos colegas locais acerca da museologia europeia. Reciprocamente, foi estimulante partilhar durante três dias a vida de um museu nacional fervilhante com o movimento permanente de públicos diversos: em 2013, após 15 anos de abertura, Te Papa tinha acolhido 22 milhões de visitantes, num país com 4,5 milhões de habitantes que se encontra afastado dos grandes fluxos turísticos internacionais. O acesso ao museu é obviamente estimulado por um princípio de gratuidade que é ali inquestionável. E outros aspectos chamativos encontram-se na espectacularidade e no *pathos* da exposição temporária dedicada à batalha de Gallipoli, publicitada como sendo “como nenhuma outra” e apoiada em meios de investigação e de cenografia inimagináveis entre nós.

As considerações de imediatismo economicista encontram-se secundarizadas por opções políticas de longo prazo, que vêem uma condição de desenvolvimento na necessidade de lidar com uma realidade cultural fragmentada: Te Papa foi concebido como um lugar de “discussão, debate, participação e celebração” para uma sociedade “cada vez mais diversa”. Subjacente aos debates da conferência estava sempre a ideia de considerar que o acesso aos museus, entre outras instituições culturais, constitui um direito humano e obriga a adoptar uma visão aberta e fluida das identidades, numa posição que contraria deliberadamente as crispações actuais: as dinâmicas identitárias podem inverter-se com rapidez, em resposta a mudanças contextuais. A recente Taça Mundial de rãguebi fornece um exemplo algo trivial, mas porventura significativa: ninguém teria imaginado há poucas décadas que um *haka* maori poderia ser adoptado pelos descendentes dos *settlers* e por imigrantes recentes.

Ora, a conferência decorreu no auge mediático da chamada “crise migratória” na Europa, o que realçou a relevância do tema do “acesso”, considerado na sua acepção mais geral, e as dificuldades que lhe são inerentes. No painel e na mesa-redonda em que participei, insistiu-se na desadequação entre o ritmo habitual da actividade museológica, definido pelo que tem sido até agora a centralidade das colecções, e a reactividade exigida por certas emergências sociais. Mas é outro assunto, para outra conferência e, sobretudo, para projectos de intervenção.

Legados Promotores de Diálogo Intergeracional

Conferência Anual do DEMHIST

Elsa Catarina Rodrigues, secretária-tesoureira do DEMHIST

Os legados são determinantes na preservação patrimonial e na criação de casas-museu. Por esse motivo o DEMHIST (Comité Internacional do ICOM de Casas-Museu) decidiu reflectir sobre o tema durante a sua conferência anual realizada na Cidade do México, de 19 a 21 de Outubro de 2015 (veja-se o [programa](#)).



O jurista José Luis Pérez Arredondo respondeu às questões: que formas legais dão origem a legados em casas-museu e que estruturas legais e financeiras existem? No entanto, o debate foi mais proveitoso nas questões respeitantes às mais-valias que os legados trazem à sociedade e quanto às mudanças de postura perante o património. Realço algumas das ideias apresentadas.

Conferência anual DEMHIST no México, 2015
© Ivan Garcia

Porquê deixar um legado? Para partilhar uma colecção particular permitindo a fruição do povo? Para colocar o património pessoal ao serviço da sociedade? Para que o património familiar se converta em património nacional?

Quem sou? De onde venho? Muitos legados são testemunhos de formas de vida, ajudando a conhecermo-nos melhor. Este é um enorme benefício público. Mas como estimular o diálogo intergeracional? A Casa M.I.M.A., na Guatemala, por exemplo, promove exposições temporárias dialogando com o visitante, chamando-o a participar na concepção museográfica, levando-o a partilhar o seu conhecimento e objectos pessoais. Uma comunidade participativa é o que também encontra o Museo del Romanticismo, em Madrid, quando solicita aos adolescentes temas para futuras exposições. Os jovens chegam à conclusão que a linguagem no século XIX era diferente, mas as inquietações e os interesses na vida não divergiam assim tanto dos actuais, o que lhes permite estabelecer uma ligação entre uma caixa de música e um iPod. Se nos conhecermos melhor, aproximamo-nos da forma de vida dos nossos antepassados, dando sentido aos objectos e vendo como eles evoluíram.

Nem todos os legados são materiais. Por vezes são ideais, são memórias, são anelos profundos por uma sociedade mais tolerante, igualitária e empreendedora. Exemplo cabal desta afirmação é a Casa-Museu das irmãs Mirabal que surgiu como resposta a um pedido da comunidade dominicana que queria manter viva a memória destas três irmãs assassinadas, que se tornaram símbolo dos que sofreram torturas, desapareceram e foram mortos por se oporem ao regime tirânico de Rafael Leónidas Trujillo. O legado é o valor da luta pelos direitos humanos no século XXI, através da manutenção viva da

memória do passado. De facto, as casas-museu podem ser agentes de mudança de mentalidades.

Educar para os valores de liderança e de perseverança é o objectivo primordial da Casa-Museu David Ben Gurion, situada em pleno deserto israelita. Nesta casa-museu realiza-se uma série de actividades pedagógicas que põem em evidência a determinação política do primeiro primeiro-ministro israelita, incitando a actual geração a seguir o caminho por ele trilhado, de forma a criar uma sociedade ideologicamente nacionalista.

Fracasso ou sucesso? Na sociedade japonesa de aceleradas mudanças é impossível recuperar todos os edifícios históricos, por conseguinte, é imperioso decidir que valores patrimoniais e memórias vale a pena preservar. Mediante políticas culturais de revitalização de edifícios históricos constrói-se uma identidade cultural e promove-se o turismo. Normalmente, a comunidade tem um papel activo neste processo que fomenta a criação de laços afectivos com o património. Além do mais, de acordo com a ética patrimonial japonesa, a substituição dos materiais de construção dos edifícios de 50 em 50 anos ajuda a manter os legados vivos.

Mas afinal quem avalia a pertinência dos legados? No National Public Housing Museum, em Chicago, visitantes, historiadores e museólogos avaliam legados e da opinião conjunta resulta o sucesso ou fracasso de um projecto. É igualmente primordial ter uma boa história para partilhar, porque o contar de histórias é um recurso comum na programação das casas-museu dado que através dele prende-se a atenção do visitante, facilitando a ligação entre passado e presente.

Queremos a verdade ou preferimos uma fantasia? Até há uma década atrás a ideia generalizada que se tinha da rainha Marie Antoinette era a de uma mulher frívola, excêntrica, caprichosa e por consequência a sua imagem era bastante negativa. Porém, o *marketing* massivo tornou-a extremamente popular e a sua imagem está hoje associada ao *glamour*. Alguma falta de rigor histórico do filme de Sofia Coppola sobre Marie Antoinette entra provavelmente em conflito com os interesses de quem gostaria de transmitir um legado menos dissonante com os factos passados. No entanto, «o trabalho da memória não é a busca da verdade passada; é sim a reconstrução do passado no presente, alterando legados em antecipação do futuro» (Hallam e Hockey 2001, 3)⁹. O Petit Trianon (Versalhes) foi recentemente restaurado e apesar das cores do seu interior serem esbatidas, ao inquirir-se os visitantes sobre a palavra que associam ao local, estes respondem rosa vivo. Afinal quem quer rigor histórico? Infelizmente não muitos o anseiam, preferindo sobretudo entretenimento.

Em conclusão, e segundo Rosanna Pavoni (Fondazione Studio Museo Vico Magistretti, Itália), o património deve ser renegociado para novas gerações e culturas. Seremos capazes de o fazer?

⁹ Hallam, Elizabeth, e Jenny Hockey. 2001. *Death, Memory and Material Culture*. Materializing Culture. New York: Berg Publishers.

Os Museus Face à Crise Económica na Cultura - Desafios e Estratégias: Breve Reflexão

Encontros de Outono 2015 ICOM Portugal

Isabel Silva, directora do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga

A 30 de Outubro último, no Museu Municipal de Penafiel, decorreu a habitual sessão anual dos Encontros de Outono, promovida pelo ICOM Portugal, na qual participaram um leque de oradores ligados a museus nacionais e europeus, nomeadamente a Espanha e à Alemanha.

O grande mérito desta iniciativa do ICOM Portugal, residiu na promoção de uma reflexão em torno dos efeitos da crise económica vigente nos museus e na cultura, cuja oportunidade e relevância é inquestionável, sobretudo face à ausência de uma estratégia para os museus nacionais, e de outras plataformas de encontro e discussão da problemática deste sector de actividade.

Os critérios adoptados, pela direcção do ICOM, na escolha das experiências museológicas, que se constituíram como exemplos de caso e análise (veja-se [programa](#)), foram muito cuidados, o que contribuiu para uma significativa diversidade de abordagens em torno da temática do referido encontro.

De tudo o que transpareceu das questões analisadas no âmbito desta iniciativa, entendi salientar, ainda que de forma sucinta, três aspectos, que me pareceram mais relevantes, pela sua especificidade e transversalidade ao universo museológico, nomeadamente, a questão dos museus e identidade, o actual primado da comunicação nos museus e as formas de interacção com a sociedade, e a situação dos profissionais de Museologia.

A identificação dos museus como “alma” ou espelho de identidade, de uma nação, e de uma determinada comunidade sempre existiu, embora na última década tenha atingido uma expressão de grande eloquência, quer no número de museus criados, quer na respectiva escala arquitectónica. Este fenómeno de crescimento exponencial na criação de entidades museológicas plasmou-se na construção de museus de raiz, associados a projectos da autoria de arquitectos de renome internacional, cuja monumentalidade se impunha por si só, como um factor de elevada atractividade. Por essa razão, eles foram utilizados, pelo poder político, como motores de desenvolvimento e afirmação, das cidades onde se inseriam. Ora, nestas circunstâncias, a crise económica mundial, que se declarou nos últimos anos, veio acentuar a necessidade de se proceder a adaptações internas no funcionamento, na orgânica e na actividade dos museus, para além de lhes conferir uma função estratégica de pendor



Isabel Silva, Encontros Outono ICOM Portugal © Ana Carvalho

acentuadamente económico. Desta forma, os museus adquiriram uma maior relevância, enquanto recursos turísticos, promotores de riqueza e identidade patrimonial, continuando assim a manter-se como motores de desenvolvimento, à escala nacional, regional ou local. Para não perderem a sua tradicional capacidade emblemática de atracção, os museus desenvolveram novas parcerias estratégicas, que consequentemente lhes granjearam uma maior margem de financiamento de projectos, ou uma maior sustentabilidade.

O que a história e o futuro certamente relevarão, com maior acuidade, é que esta reformulação de prioridades, no cumprimento da missão dos museus, não lhes retirou quaisquer créditos e centralidade, enquanto instituições promotoras de coesão social. Prova disso mesmo, são os numerosos exemplos, à escala mundial e nacional, que evidenciam o reforço do papel dos museus como lugares de encontro da sociedade, de forma cada vez mais plural e diversificada, no que concerne à natureza das actividades que promovem e acolhem, e à representatividade social, económica e cultural das mesmas. E estas mudanças que, paulatinamente, vimos a registar e às quais, a crise económica conferiu maior visibilidade, levam-nos a colocar outra questão que se prende com aquilo que é hoje um museu. Conceptualmente vivemos uma profunda mudança de paradigma, relativamente ao papel das instituições museológicas na sociedade actual. No entanto, e independentemente das reflexões que possamos equacionar, a verdade é que os museus não deixaram de ser a “alma” e o reflexo de uma sociedade, talvez hoje espelhem uma realidade mais plural.

O segundo aspecto que elegemos deste Encontro prende-se com o actual primado da comunicação nos museus, situação intrinsecamente relacionada com a expressão de identidade, a que aludimos anteriormente.

Se pensarmos naqueles que eram os objectivos principais da actividade dos museus há algumas décadas, apercebemo-nos da inversão de prioridades, no que concerne ao papel da investigação, ou à realização de exposições temporárias, acompanhadas muitas vezes de publicações de grande fôlego. Tornou-se premente comunicar o património à guarda dos museus, à escala global. A cultura material e imaterial assume-se como uma marca, fortemente identitária, com o propósito de benefício imediato, fenómeno este, em que os museus desempenham um papel simultaneamente de promotores e beneficiários.

Por todo o mundo, as colecções museológicas desmaterializaram-se e são usadas como forma de captação de públicos, ou meio de promoção predominantemente turística. Entre nós também assistimos ao surgimento de micro empresas associadas à marca Portugal, ou a outras expressões da cultura material ou imaterial, de cariz regional. Perante esta realidade, não podemos deixar de pensar se, directa ou indirectamente, os museus não estão a reforçar o seu papel de agentes de coesão social.

A complexidade das mudanças internas e a preocupação com a sustentabilidade das instituições museológicas tem acarretado profundas alterações, relativamente ao estatuto dos profissionais do sector. A externalização crescente de serviços, ou a

precariedade dos laços contratuais interpela-nos, e obriga-nos a reflectir, entre outros aspectos, sobre o quadro de organização institucional, a legislação vigente, a ética profissional, a formação de técnicos de nível médio e superior na área da Museologia.

Estamos a vivenciar um período de mudança profunda, de que os museus sairão seguramente mais capacitados nalgumas das suas vertentes de actividade, e reforçados naquela que é a sua essência mais profunda, nomeadamente, o fomento da coesão social e a promoção das múltiplas expressões da nossa matriz cultural, não só à escala nacional, mas cada vez mais numa óptica de interacção global, ou seja numa dimensão universal.

A capacidade de revitalização dos museus na sua interacção com a sociedade, tem fundamentalmente assentado na resiliência e na dedicação das respectivas equipas.

No quadro da organização institucional dos museus portugueses, importa analisar e debater o papel de cada museu no contexto nacional e local, o compromisso e o grau de participação, ao nível da gestão, por parte das entidades de tutela, ou outras, a interacção com os organismos responsáveis pela valorização e promoção do património nacional, mais ainda, fomentar redes de cooperação, alargar parcerias, enfim, revitalizar incessantemente, o estatuto e a missão dos museus neste séc. XXI.

Nota da ed.: Algumas das comunicações dos conferencistas estão disponíveis em: <http://www.icom-portugal.org>

Revisitando o Valor Educativo dos Museus

Conferência Anual da NEMO

Clara Frayão Camacho, museóloga, Direção-Geral do Património Cultural

A NEMO (Network of European Museum Organisations) definiu recentemente os quatro valores que alicerçam a actividade dos museus: o valor social, o educativo, o económico e o patrimonial (NEMO, *4 Values*, 2015). Na sua conferência anual (Pilsen, República Checa, 6 e 7 de Novembro de 2015) esta organização revisitou o valor educativo dos museus na perspectiva da ligação aos públicos e às comunidades, oferecendo um estado da arte de variadas abordagens a esta temática. Numa sociedade em permanente mudança muitas perguntas se colocam: Quem são os públicos actuais? Quais as suas necessidades? Como é que os museus podem melhorar a interacção com as comunidades?



Clara F. Camacho, na conferência anual da NEMO em Pilsen © NEMO

A conferência iniciou-se com uma apresentação do director do Museu Finlandês do Trabalho, Kalle Kallio, que regressou às origens da pedagogia crítica de Paulo Freire para buscar as conexões com as teorias da Museologia social e encontrar algumas respostas práticas no sentido do incremento da participação, da acessibilidade, da abertura e do empoderamento das comunidades. Neste contexto, o conferencista deu o exemplo do Museu de Portimão como um caso exemplar de desenvolvimento de acção educativa em contexto comunitário.

Portugal esteve presente nesta conferência, em que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) representa o nosso país na NEMO e o ICOM Portugal é membro associado desta rede europeia. Sendo também membro do [Ibermuseos](#), a DGPC tem desenvolvido um papel de charneira entre as duas redes, promovendo a sua interacção. Nesta linha, foi apresentada uma comunicação sobre o prémio Educação do Ibermuseos no âmbito de um painel que juntou mais duas redes extra-europeias: a [American Alliance of Museums](#) (AAM) e a [Asia-Europe Museum Network](#) (ASEMUS). Este painel permitiu dar a conhecer os projectos e o papel educativo destas redes aos 140 participantes na conferência, oriundos de 30 países.

No que respeita à presença portuguesa, é de destacar ainda a comunicação de Maria Vlachou, directora executiva da [Acesso Cultura](#), intitulada «[Are we Failing? Considerations on the Role Museums May Currently Have in Education](#)». Interpelando o papel dos museus à luz dos acontecimentos que abalam as sociedades de hoje, em particular a crise económica, social e humanitária, a autora frisou as responsabilidades dos museus e o seu presumível falhanço sempre que não se coloquem ao serviço efectivo da sociedade.

Através da apresentação de experiências variadas, de *workshops* e de uma entrevista com o director do Rijksmuseum (Amesterdão), Wim Pijbes, foi debatido ao longo da conferência o lugar dos museus num ambiente de abertura, acessibilidade e participação das comunidades, em ambientes muito diversos. Entre as experiências apresentadas, importa sinalizar o reconhecido projecto europeu LEM - *The Learning Museum Project*, cujo manual de boas práticas está disponível *online*. Da Polónia emergiu a interessante experiência KulturaneK - um programa de arte contemporânea para crianças, emitido num canal de televisão.

À margem da conferência, houve ainda oportunidade de participar numa reunião internacional de redes de museus que juntou a NEMO, o Ibermuseos, a AAM, a ASEMUS, o European Museum Forum e a European Museum Academy. Nesta reunião, além da discussão das actuais políticas europeias relevantes no campo do património cultural e dos museus, foi abordada a possibilidade de realizar um encontro internacional de redes de museus, em Julho de 2016, em Milão, no decurso da conferência-geral do ICOM.

As apresentações da conferência da NEMO 2015 estão disponíveis em:
<http://bit.ly/1NVofv7>

Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável na Lusotopia

Museu AfroDigital Portugal¹⁰

Pedro Pereira Leite, investigador em pós-doutoramento, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

A propósito do décimo aniversário da aprovação pela UNESCO da Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, realizou-se no passado dia 24 de Novembro no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra um seminário organizado pelo Museu Afro-Digital Portugal. O seminário contou com a participação de Elísio Josias e José Pimental Teixeira da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique), Paula Sequeiros e Paulo Peixoto do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.



Seminário no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra © Pedro Pereira Leite

A questão orientadora do seminário foi a ligação entre a cultura e a diversidade cultural no âmbito do desenvolvimento sustentável no espaço lusotópico. A discussão desenvolveu-se a partir do caso de Moçambique, a partir do qual Elísio Josias apresentou a forma como a cultura tem sido abordada nos processos de desenvolvimento. Moçambique é no âmbito das políticas culturais um caso relevante, pois nele encontramos as diferentes orientações das políticas públicas defendidas pela UNESCO.

José Teixeira recordou a propósito, “a proposta de transformação radical da sociedade” que vigorou nos anos de 1970, logo após a independência, e a forma como a cultura procurou catalisar a mudança na população. Recordou de seguida as “diferentes narrativas sobre o papel da cultura no desenvolvimento sustentável”, que imperou no final dos anos de 1990 e início do século a propósito de diversos projectos que ancoravam o desenvolvimento local na proposta da pragmática cultural. Recordou, finalmente, os momentos mais recentes, em que o Estado se tem vindo a retirar como actor e regulador da actividade cultural, emergindo outros actores e processos com novas propostas de narrativa com base em “indústrias culturais” ou “economia criativa”. Trata-se agora de usar novas agendas, essencialmente urbanas, com novos actores, muitas vezes com propostas de empreendedorismo cultural.

¹⁰ Além do Museu AfroDigital - Estação Portugal, o encontro teve o apoio do ICOM Portugal e do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia). O Museu AfroDigital em Portugal é um projecto que facilita o encontro e a ligação de pessoas, conhecimentos e práticas sobre os processos e as relações dos africanos com Portugal. Reúne um acervo digital e apresenta exposições virtuais sobre a história, a memória e o esquecimento dos processos e relações dos Africanos com a Europa, sobre os seus modos de vida e influência na cultura (<https://museudigitalafroportugues.wordpress.com>); foi criado em 2013.

Nos comentários reconheceu-se que a ligação entre a cultura e o desenvolvimento opera com conceitos muito difusos, quase sempre com uma natureza ideológica, que dão origem a narrativas contraditórias. Ora, em alguns casos produzem narrativas revivificadoras da tradicionalidade, outras vezes metonímias folclóricas, ou de exaltação de hegemonias políticas, ao mesmo tempo que emergem produções culturais inovadoras, dialogantes e que permitem criação de redes de intervenção social e cultural.

Uma das questões que se procurou tratar a propósito dos novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da ausência da cultura como um dos seus pilares, como diversas organizações signatárias da Agenda Cultura XXI procuraram defender, considerou-se que inevitavelmente a cultura será menorizada nos diferentes projectos de desenvolvimento. As questões da economia, sociedade e do ambiente que os ODS propõem como objectivos gerais vão criar pouca visibilidade para os projectos e programas culturais orientados para o desenvolvimento. A transversalidade da cultura a todos eles não será, muito provavelmente, suficiente para dar visibilidade às suas propostas.

Nessas circunstâncias, e dada a transversalidade das questões culturais na sociedade, economia e ambiente, é imperativo aos actores da cultura usarem as ferramentas que dispõem para a partir do entendimento dos problemas globais, propor soluções à escala local, ao mesmo tempo que através das suas redes, permitam difundir e disseminar as boas práticas de gestão da cultura.

Como elemento conclusivo, apontou-se o potencial da cultura como ferramenta de desenvolvimento. A cultura ao partir do ser humano, dirige-se para o ser. Essa lógica faz com que a cultura seja uma ferramenta de construção de emancipação social e possa escapar à lógica da mercantilização das relações sociais. A dimensão de intersubjectividade da cultura é uma das mais poderosas ferramentas de que dispomos para enfrentar o nosso futuro.

Gestão e Desenvolvimento de Colecções

Seminário COMCOL Brasil

Alexandre Matos, director de formação e investigação da Sistemas do Futuro

A criação de novos comités internacionais do ICOM não é um acto frequente ou que possa acontecer sem que se reúna a vontade de um conjunto de membros interessados num tópico específico de discussão e de relevância para a comunidade museológica internacional. No entanto, e pese embora a existência de diversos comités especializados, por vezes o ICOM é confrontado com novos problemas, discussões e perspectivas que justificam a criação de comités específicos. Assim foi com o COMCOL (Comité Internacional de Colecções), que tem como missão aprofundar a discussão e partilhar conhecimento sobre a prática, teoria e ética de coleccionar ou, por outras palavras, do desenvolvimento das colecções (materiais ou imateriais). É um comité que se ocupa de estudar, discutir e definir boas práticas e conhecimento para a construção de políticas de desenvolvimento de colecções (incorporação e alienação) adequadas à contemporaneidade, para a definição de políticas de restituição de colecções e de práticas de coleccionismo que sejam claras e de acordo com os princípios éticos da profissão.



Conferência do COMCOL no Brasil. Parte do painel sobre política de acervo. © Filipa Porto

Tal como acontece em outros comités internacionais, o COMCOL também está organizado em comités nacionais que trabalham estes temas específicos. No Brasil o COMCOL tem um comité bastante activo na promoção da discussão sobre as colecções e políticas relacionadas. Foi neste contexto que se realizou o seminário do COMCOL no passado dia 27 de Novembro, no Rio de Janeiro, no qual participei.

O seminário dividiu-se em duas partes distintas: um *workshop* conduzido por Danielle Kuijten, da Heritage Concepting (Países Baixos) e membro afiliado da direcção do comité internacional, e uma sessão de palestras, divididas em dois painéis: «Criando e Implementando Políticas de Acervo» e «Coleccionar o Contemporâneo» (cf. [programa](#)).

A oficina tinha como mote «Os Objectos e sua Relevância na Contemporaneidade das Colecções» e procurou suscitar uma discussão sobre a forma como o museu colecciona para reflectir o nosso tempo ou ainda como as colecções podem ser utilizadas para explicar e dar significado e contexto à sociedade. O tema, muito interessante na minha perspectiva, foi inicialmente introduzido por uma apresentação de Danielle Kuijten e depois trabalhado por diversos grupos de participantes através da resposta a questões colocadas num hipotético projecto de revisitação de uma colecção relativamente aos

seus objectivos, desafios e competências necessárias. Na discussão final ficou clara a necessidade de uma discussão alargada sobre a pertinência das colecções face à sociedade em que vivemos e aos seus desafios. Revisitar uma colecção tendo como perspectiva a questão das migrações ou os problemas colocados pelo terrorismo na actualidade e utilizar essa colecção para criar e transmitir conhecimento que possa contribuir para minorar os problemas colocados, é uma forma de cumprir o papel social que o museu chamou para si há já alguns anos.

A segunda parte do seminário, constituída pelos dois painéis de palestras, focou-se mais na definição de políticas de desenvolvimento de acervos e, no segundo painel, na aplicação dessas políticas em diferentes museus brasileiros com distintas tutelas públicas e privadas. No primeiro painel foi apresentada a experiência de instituições como o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea ou a Casa de Oswaldo Cruz na criação e definição de políticas de colecções ou gestão de colecções. Um trabalho que se percebe inacabado, mas, ao mesmo tempo, feito com base numa ampla discussão, aberta a todas as partes interessadas e concretizado, nos casos da Casa de Oswaldo Cruz, na publicação de uma política de colecções. Este é, em diversos aspectos, um trabalho de referência da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo num programa de apoio aos museus através da tradução e publicação de documentos de referência internacional e na constituição de um comité de política de acervo no qual são discutidas estas importantes questões.

No segundo painel assistimos à apresentação de projectos nos quais a definição de políticas de gestão de acervos foi determinante para a actual organização das suas colecções e, em diversos casos, para o próprio posicionamento do museu face à comunidade onde se insere ou a quem se dirige de forma mais específica. Esse foi o caso do Museu do Índio apresentado pelo seu director, José Carlos Levinho, ou também no caso do Museu da Imigração apresentado por Juliana Monteiro. Neste painel foram ainda apresentados diferentes casos brasileiros sobre o papel das colecções no desenvolvimento do museu, da sua comunidade e da sociedade em que se inserem.

Neste seminário, bem como no próprio COMCOL, brasileiro e internacional, nota-se uma frescura e juventude que não se sente noutros comités internacionais. A actualidade da sua missão e das discussões que ali têm lugar é totalmente reflectida na participação de colegas de diferentes áreas e de museus com tipologias completamente distintas. Afinal, a discussão sobre a actualidade e a pertinência das colecções face aos interesses e expectativas dos públicos do museu é determinante para o trabalho e papel dos museus nos dias que correm. O COMCOL coloca no centro das suas preocupações colecções e públicos, sempre da perspectiva do museu e da sua missão. Esta problemática é tão actual que merece uma redobrada atenção. A jornada correu tão bem, do meu ponto de vista, que fiquei decidido a mudar a minha segunda filiação nos comités internacionais para este.

MUSEUS & PESSOAS: Penelope Curtis

Por Ana Carvalho

São expectáveis pequenas e grandes mudanças nos museus da Fundação Calouste Gulbenkian com a chegada da britânica Penelope Curtis. Há pouco mais de três meses no cargo de directora do Museu Calouste Gulbenkian, fomos conhecê-la.

Muitas das notícias na imprensa sobre a contratação de Penelope Curtis para directora do Museu Calouste Gulbenkian destacam o facto de ser britânica e de ser a primeira mulher a ocupar este lugar. De facto, a realização de concursos internacionais parece ser sintomático de novos tempos, lembre-se que também o Museu de Serralves contratou para sua directora a australiana e britânica, Suzanne Cotter, em 2012. Mais do que a questão do género, é especialmente relevante a ideia de se perspectivar um novo ciclo de mudanças nos museus da Fundação Calouste Gulbenkian. Curtis assumiu em Setembro o cargo que ficou vago após a saída, por aposentação, de João Castel-Branco Pereira que dirigiu o museu durante 16 anos.



A nova directora foi seleccionada na sequência de um concurso que se realizou em 2014 e para o qual se candidataram cerca de 30 pessoas. “A visão e a autoridade curatorial de Penelope Curtis, assim como a sua elevada qualidade intelectual, ajudarão a abrir um novo ciclo na vida do Museu Calouste Gulbenkian, reforçando a sua dimensão internacional e a sua capacidade de intensificar colaborações com grandes museus de todo o mundo”, afirmou Artur Santos Silva, presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

Formada em História (Oxford) e Arte Moderna (Courtauld Institute of Art), Curtis concluiu em Paris o doutoramento sobre escultura monumental francesa (c. 1870–1930). Iniciou a sua vida profissional em 1988 como curadora na Tate Liverpool, tendo passado depois pelo Henry Moore Institute, em Leeds (1994–2010). Entre 2010 e 2015 foi directora da Tate Britain, onde foi responsável pela renovação da exposição permanente, que inaugurou em 2013. Descreve-se como “curadora, primeiro e acima de tudo.” Enquanto historiadora de arte gosta de “pensar mais em termos de temas do que em períodos.” E acrescenta, “gosto muito de trabalhar com artistas, sempre trabalhei com artistas contemporâneos, bem como com colecções históricas. Estou

interessada em manter aquilo que não precisa de ser mudado, é por isso que gosto de museus antigos, mas também em actualizá-los”.

De Londres para Lisboa

Sobre a vinda para Lisboa explica que foi um feliz acaso. Curtis havia sido convidada para fazer parte do júri de selecção dos candidatos para o lugar de director do Museu Calouste Gulbenkian. “Li os requisitos do cargo e decidi candidatar-me”. “Não pensei que ficaria com o cargo”, conta.

O seu mandato na Tate Britain foi marcado por várias críticas na imprensa, nem sempre favoráveis. Para Curtis, a visão predominantemente comercial e economicista da Tate relativamente às exposições temporárias e o facto da administração ter assumido como prioridade orçamental a remodelação da Tate Modern em 2016 foram as razões que a levaram equacionar outros desafios. “Senti que o meu trabalho estava cumprido com a renovação da Tate Britain”. A possibilidade de dirigir o Museu Calouste Gulbenkian, constituiu uma “oportunidade de fazer algo diferente”. Além disso, “sempre quis trabalhar no estrangeiro”, diz.

Em Lisboa encontrou novos desafios: uma outra cultura, um outro universo museológico e uma cultura institucional muito particular. Do ponto de vista da cidade diz sentir-se na Europa, esclarece, mas a “Gulbenkian é tão diferente, é como um Estado dentro de outro Estado”. Estando no cargo há pouco mais de três meses, sublinha que “não há uma rotina, tudo é diferente”. A aprendizagem da língua portuguesa, essa sim tornou-se essencial e parte da sua rotina diária.

Pequenas mudanças e atenção ao detalhe

Apesar das limitações do orçamento, “é o orçamento mais baixo que tive na minha vida profissional” sublinha Curtis, está apostada em fazer a diferença durante os próximos cinco anos. O futuro poderá passar por uma maior ligação do Museu Calouste Gulbenkian com jovens artistas, perspectivando olhares contemporâneos sobre as colecções. Nos últimos meses, a directora tem-se empenhado em conhecer os artistas portugueses e visitar os seus ateliers. Prevê ainda uma maior abertura das colecções a novos projectos de investigação e suscitar o interesse de jovens investigadores. “O museu tem recursos extraordinários, mas como torná-lo mais aberto, para mais pessoas, mais vivo?”, interroga Curtis.

Quanto à exposição permanente, pretende manter o que de melhor tem a exposição, mas ao mesmo tempo melhorar alguns pontos da área expositiva, explorando colecções que têm sido menos usadas.

Quando lhe pergunto sobre o que continua a motivá-la a trabalhar no mundo dos museus responde: “principalmente porque gosto de andar aleatoriamente”. “É sempre me apercebi dos detalhes. Muito do que quero fazer no Museu Calouste Gulbenkian tem a ver com detalhes, pequenas coisas”, acrescenta. Algumas das mudanças entretanto

levadas a cabo por Curtis consistem em tornar o museu mais acolhedor. “Num certo sentido, se cuidarmos bem dos pequenos detalhes no final é tão importante como as grandes coisas”, atira.

O futuro dos museus

Uma das mudanças mais significativas quanto ao futuro dos dois museus da Fundação, o Museu Calouste Gulbenkian e o Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão (CAM), foi decidida *a priori* pelo Conselho de Administração. O anúncio do concurso para a direcção do Museu Calouste Gulbenkian foi explícito ao determinar a responsabilidade de implementar um plano de gestão que visasse “uma estrutura unificada”. Cada um dos museus tem identidades próprias e sempre trabalharam separadamente. O Museu Calouste Gulbenkian reúne uma colecção internacional de 6 000 objectos que vai da Antiguidade Clássica e Oriental ao séc. XX, e o CAM tem uma colecção de 9 000 peças, na sua maioria Arte Moderna e Contemporânea portuguesa do séc. XX e XXI. Se, por um lado, o Museu Calouste Gulbenkian é bem conhecido e é visitado por um grande número de turistas, o CAM pela sua abrangência nacional tem menos reconhecimento internacional. Por outro lado, enquanto que o Museu Calouste Gulbenkian tem uma afluência de visitantes que não é tão condicionada pela programação, o CAM é muito mais dependente de programas e da criação de novos eventos. Como fazer com que os dois museus dialoguem mais em termos de públicos e de colecções são algumas das questões a ponderar. Curtis atira: “podem os dois museus tornar-se mais fortes juntos?”

A prioridade da directora é criar uma nova estrutura que seja a combinação das duas equipas. Os primeiros meses no Museu Calouste Gulbenkian têm servido para conhecer e auscultar as duas equipas sobre o potencial das mudanças a encetar. Fez até agora 53 entrevistas individuais. “No momento cada um funciona como uma ilha, trabalhando sozinho, se conseguir que este processo de reestruturação seja bem feito, então a equipa será mais eficiente”, sublinha Curtis.

Levar a bom termo o processo de reestruturação será determinante para o futuro dos dois museus. O tempo o dirá. Para já Curtis identifica uma dupla dinâmica, pessoas que querem que as coisas mudem e pessoas que querem que tudo se mantenha como está.

PUBLICAÇÕES

Sugestões de leitura

Museus e Diversidade Cultural

Alfons, Martinell, ed. 2010. *Cultura y Desarrollo: Un Compromiso para la Libertad y el Bienestar*. Madrid: Siglo XXI.

Bodo, Simona. 2012. "Museums as Intercultural Spaces." In *Museums, Equality and Social Justice*, editado por Richard Sandell e Eithne Nightingale, 181-91. Oxon: Routledge.

Carvalho, Ana. 2015. "Diversidade Cultural e Museus no Séc. XXI: O Emergir de Novos Paradigmas." Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, especialização Museologia, Universidade de Évora. <https://uevora.academia.edu/AnaCarvalho>

Comunidades Imigrantes: Representar, Envolver, Manter. 2014. Debate organizado pela Acesso Cultura no Museu de S. Roque em Lisboa (16-01-2014). Resumo: <http://acessocultura.org/encontros/debates>

Gouriévidis, Laurence, ed. 2014. *Museums and Migration: History, Memory and Politics*. Museum Meanings. London: Routledge.

Langfield, Michele, William Logan, e Máiréad Nic Craith. 2010. *Cultural Diversity, Heritage and Human Rights Intersections in Theory and Practice*. Key Issues in Cultural Heritage. London: Routledge.

Peressut, Luca Basso, e Clelia Pozzi, eds. 2012. *Museums in an Age of Migrations: Questions, Challenges, Perspectives*. Vol 1. Milan: MELA e Politecnico di Milano.

Sergi, Domenico. 2014. "Critical Objects: Museums, Refugees and Intercultural Dialogue." In *Migrating Heritage: Experiences of Cultural Networks and Cultural Dialogue in Europe*, editado por Perla Innocenti, 209-220. Farnham: Ashgate Publishing.

Sĩmansone, Ineta Zelča, ed. 2013. *Museums and Intercultural Dialogue: The Learning Project Network*. Vol. 4. [s.l.]: The Learning Museum - LEM. <http://online.ibc.regione.emilia-romagna.it/I/libri/pdf/LEM4rd-report-museums-and-intercultural-dialogue.pdf>

Strachan, Aileen. 2014. "A Curious Case Study: Creating Intercultural Dialogue through Objects." In *Migrating Heritage: Experiences of Cultural Networks and Cultural Dialogue in Europe*, editado por Perla Innocenti, 221-232. Farnham: Ashgate Publishing.

Tanguay, Pierre Tanguay, Hannelore Franck, Yasmine Heynderickx, e Anaïs Masure. 2014. *A Intercultural Tool for Museums*. Editado por Bruno Verbergt e Yves Bergeron. [s.l.]: Université du Québec à Montréal e Universiteit Antwerpen. <http://www.coe.int>

Verkuyten, Maykel. 2014. *Identity and Cultural Diversity: What Social Psychology Can Teach Us*. New York: Routledge.

Vlachou, Maria. 2014. "Em Modo 'Multi' Antes do Debate." Blogue *Musing on Culture*. <http://musingonculture-pt.blogspot.pt/search?q=em+modo+multi>

Links úteis:

Migration Museum Project

Projecto com vista à criação de um museu dedicado à migração no Reino Unido. O museu ainda não existe fisicamente, mas a actividade que tem sido desenvolvida desde 2012 pode ser conhecida através do *website* do projecto.

Migrar es Cultura

O projecto, desenvolvido pelo Museo de America (Madrid), pretende recolher e mostrar a diversidade cultural, e o enriquecimento que se produz com a migração, seja através da música, da gastronomia, e de outras experiências culturais. “Migrar es cultura” aceita testemunhos que contem histórias relativas à migração.

MAP for ID (Museums as Places for Intercultural Dialogue)

MAP for ID - Museums as Places for Intercultural Dialogue (2007–2009) configura um dos projectos internacionais mais profícuos dos últimos anos, tendo sido testados 30 projectos-piloto em museus de diferentes áreas disciplinares (e outras instituições) no sentido de promover o diálogo intercultural. O projecto foi financiado no âmbito do Grundtvig Lifelong Learning Programme, tendo participado quatro países: Itália, Espanha, Hungria e Holanda.

MELA (European Museums in an Age of Migrations)

A importância do paradigma das migrações e a sua complexidade no campo dos museus, no seu sentido mais alargado de mobilidade de pessoas, mercadorias, ideias e conhecimento deu origem a este projecto de investigação de carácter internacional (2011–2015). O projecto foi financiado pelo 7.º Programa-Quadro com base num consórcio composto por várias universidades e museus na Europa.

Heritage and Interculture

Plataforma *online* dedicada à educação na área do património sob uma perspectiva intercultural. A iniciativa é da Fondazione ISMU (Initiatives and Studies on Multiethnicity), com base em Milão (Itália). Nesta plataforma podem ser explorados vários estudos de caso desenvolvidos nesta área em museus e instituições ligadas ao património.

Intercultural Cities

No âmbito das políticas europeias para a promoção de uma valorização positiva da diversidade cultural, o Conselho da Europa, apoiado pela Comissão Europeia, criou o programa internacional “Cidades Interculturais”. O programa pretende combater a discriminação através da valorização da diversidade cultural. Em Portugal, a Rede Portuguesa de Cidades Interculturais foi criada formalmente em 2012, sendo constituída por Lisboa, Coimbra, Beja, Loures, Setúbal, Santa Maria da Feira, Amadora e Cascais.

Tate Encounters

Projecto de investigação desenvolvido na Tate Modern (Londres, Reino Unido) entre 2007 e 2010. Teve como objectivo analisar a forma como as narrativas produzidas pela Tate sobre o que é ser britânico eram recepcionadas por estudantes descendentes de imigrantes. Através deste “encontro” pretendia-se desenvolver novas práticas curatoriais e educativas que fossem relevantes para públicos diversos.

Novas edições 2015



Museum International, número especial: *Key Ideas in Museums and Heritage (1949–2004)*, vol. 65. Revista impressa e disponível [online](#).

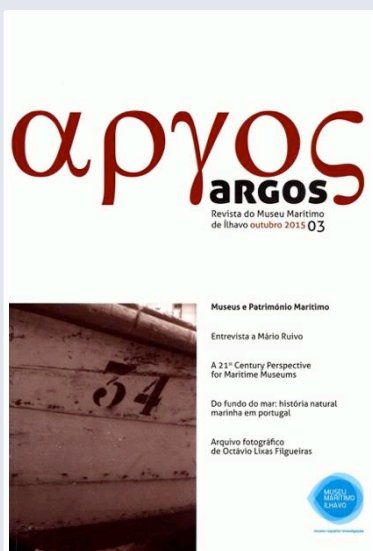
O novo número da *Museum International* homenageia os principais pensadores no mundo dos museus das últimas sete décadas. São, assim, republicados textos cujos argumentos prevalecem relevantes e actuais. Incluem-se textos de Hugues de Varine (1976), Michael Ames (1985), Kenneth Hudson (1998) e Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) para referir apenas alguns. Estão disponíveis os resumos dos artigos (<http://onlinelibrary.wiley.com>) e os membros do ICOM tem acesso integral via plataforma [ICOMMUNITY](#).



Revista *MIDAS - Museus e Estudos Interdisciplinares*, n.º 5 | 2015. Disponível [online](#).

Este número apresenta 9 artigos, incluindo o dossier temático *Ciência e Arte, SciArt: Museus, Laboratórios, Cientistas e Artistas*, coordenado por Marta Agostinho (comunicadora e gestora de ciência) e Pedro Casaleiro (museólogo), 2 Notações e 4 resenhas críticas. «Ao promover este dossier, quisemos criar (mais) um espaço de reflexão sobre a SciArt desenvolvida, quer em Portugal, quer internacionalmente. O conjunto de trabalhos publicados (...) reflecte em parte uma realidade composta por projectos ora

investigativos, ora artísticos, ora de âmbito comunicacional, portanto de raiz diversa, ao mesmo tempo relevantes e entusiasmantes do ponto de vista da arte e ciência», sublinham os coordenadores do dossier.



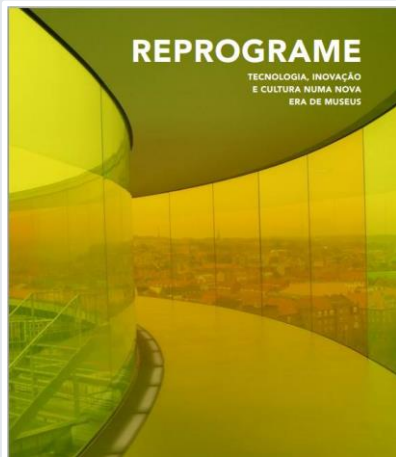
Revista *Argos*, n.º 3 | 2015. Revista impressa.

Editada pelo Museu Marítimo de Ílhavo (desde 2013), tem cadência anual e assume como fio condutor os tópicos relacionados com os museus de temática marinha. «Embora o campo institucional da Museologia marítima não exista em Portugal, importa construir redes, partilhar os melhores projectos, exaltar as experiências mais incrustadas nas comunidades e destacar as organizações que mobilizam conceitos criativos em torno dos patrimónios marítimos», sublinha Álvaro Garrido, coordenador da revista e director do Museu Marítimo de Ílhavo.



Viviane Panelli Sarraf. 2015. *Acessibilidade em Espaços Culturais: Mediação e Comunicação Sensorial*. Edição Livraria da Vila.

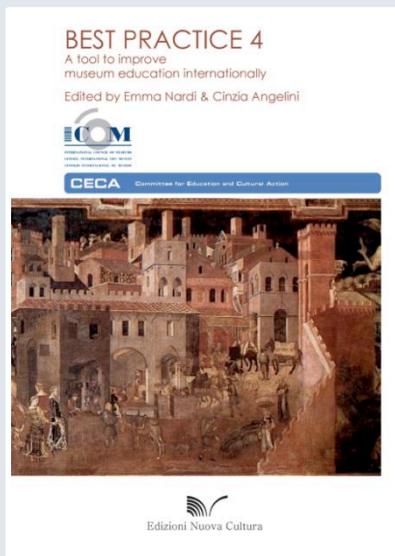
A autora escreve sobre a importância da comunicação sensorial para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, e o papel das instituições culturais nesse contexto; sublinha a relevância destes conceitos e práticas para a ampliação das potencialidades de acessibilidade para pessoas com algum tipo de diferença. São apresentadas experiências internacionais e uma perspectiva histórica sobre estas matérias no Brasil, incluindo exemplos pioneiros que têm influenciado vários projectos em curso. O livro resulta da investigação de doutoramento da autora.



Luís Marcelo Mendes, org. *Reprograme: Tecnologia, Inovação e Cultura numa Nova Era de Museus*. 2015. Vol. 2. Livros de Criação, Imã Editorial. 251 páginas. Versão impressa e [online](#).

Tradução para português de uma selecção de artigos, ensaios e textos vários, nalguns casos a partir de palestras e de blogues, sobre tecnologia, inovação e cultura no mundo dos museus. No geral, o livro enquadra uma reflexão sobre o impacto do mundo digital nos museus; o desafio de como e o que preservar, o desafio na partilha das decisões e das colecções, e na

relação com os públicos. São variados os contributos e as suas geografias de origem. Entre eles encontra-se um texto de Maria Vlachou «O que é que temos a ver com isso?». Esta publicação tem a particularidade de ter sido financiado via *crowdsourcing*.



Emma Nardi e Cinzia Angelini. 2015. *Best Practice 4: A Tool to Improve Museum Education Internationally*. Edição do ICOM CECA. 173 páginas. Versão impressa e [online](#).

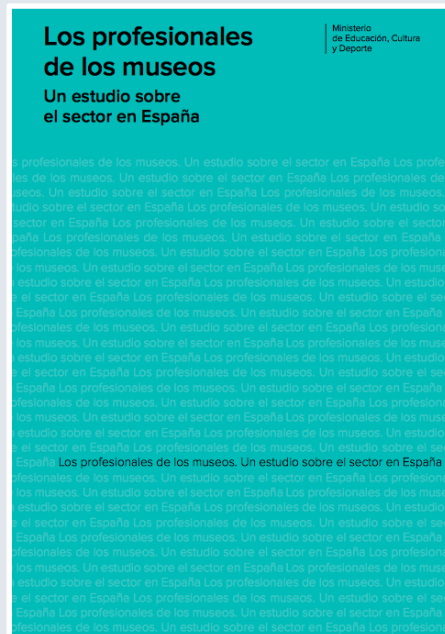
Trata-se do quarto número da série *Best Practice* do CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural). O prémio de melhores práticas do CECA foi lançado em 2012 com o objectivo de criar uma linguagem e entendimento comum entre os membros do comité. Esta publicação inclui os cinco projectos premiados, uma selecção de projectos que receberam menções honrosas e outros projectos que se consideraram relevantes. O livro destaca, assim,

16 projectos de várias partes do mundo e está organizado por três segmentos de público: “crianças e famílias”, “jovens” e “adultos”.



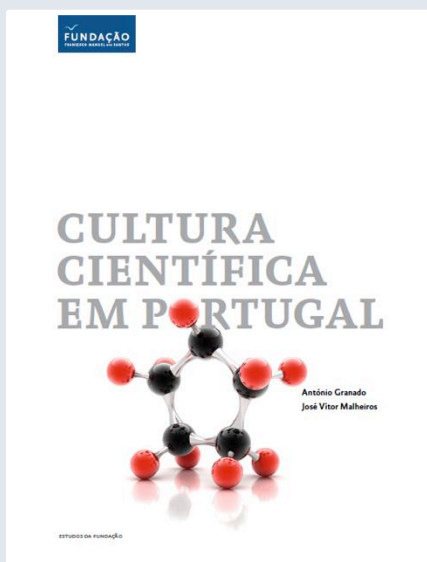
Ineta Zelca Simansone *et al.*, ed. 2015. *Museums and Creative Industries: Mapping Cooperation, Creative Toolkit*. Edição da NEMO. 33 páginas. Disponível [online](#).

Este relatório da NEMO (Network of European Museum Organisations) foca a relação entre os museus e as indústrias criativas, especialmente de uma perspectiva económica. Resulta de um processo de reflexão de um grupo de trabalho sobre museus e indústrias criativas criado no seio da NEMO, tendo como caso de estudo os museus da Letónia. Este *toolkit* sintetiza os principais resultados do projecto de cooperação. São fornecidos vários exemplos que revelam as potencialidades da articulação entre os museus e o sector das indústrias criativas.



Los Profesionales de los Museos: Un Estudio Sobre el Sector en España. Edição da Subdirección General de Museos Estatales de España e Programa Ibermuseos. 127 páginas. Disponível [online](#).

Este relatório apresenta algumas das conclusões de um inquérito realizado acerca da situação actual dos profissionais nos museus espanhóis. Analisa-se a situação laboral e a antiguidade no sector, a categoria laboral, as funções e as condições de trabalho, aspectos relativos à formação (níveis de escolaridade, perfil da formação de base e formação complementar pós-graduada) e identificam-se carências e necessidades. O diagnóstico é útil e revelante para a definição de políticas mais adequadas. Porventura um exemplo a seguir também em Portugal.



António Granado e José Vítor Malheiros. 2015. *Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para Perceber o Mundo e Aprender a Mudá-lo*. Edição da Fundação Francisco Manuel dos Santos. 97 páginas. Disponível [online](#).

O livro apresenta um levantamento de todas as actividades de promoção da cultura científica em Portugal, incluindo as que têm sido desenvolvidas em museus e centros de ciência. Cultura científica é segundo os autores, «um capital que nos permite não apenas ler mas usufruir do mundo, não apenas conhecer mas manipular as ideias produzidas pela ciência, perceber as potencialidades e os riscos e as

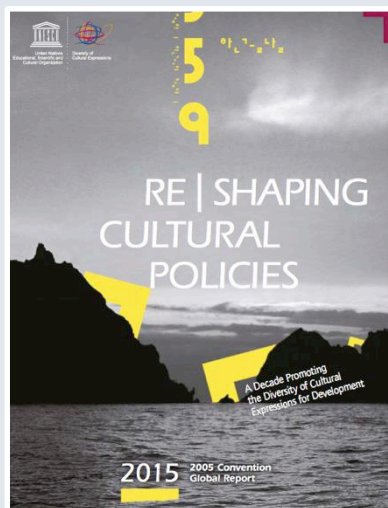
limitações da ciência, relacionar e integrar os conhecimentos da ciência com outros saberes e culturas numa visão coerente e enriquecedora do mundo, e encarar a ciência sem a mínima atitude de servidão ou sequer de reverência, mas apenas com curiosidade, emoção e sentido de responsabilidade» (p. 19).



Nordic Inspiration: Fresh Approaches to Museum Learning. Edição de MID - Museum Communicators in Denmark. 116 páginas. Disponível [online](#).

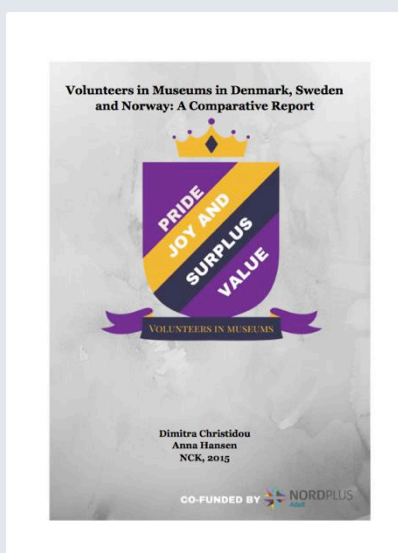
A publicação resulta do projecto *The Best of Nordic Museum Communication - Fresh Network Approaches from Nordic Associations of Museum Education* (NAME). Trata-se de uma selecção de boas práticas na área da educação e comunicação a partir de cinco países nórdicos (Dinamarca, Finlândia,

Islândia, Noruega e Suécia). A publicação é resultado da organização das associações de profissionais nestes países. Os projectos são apresentados de acordo com quatro categorias: “Formação de públicos”, “Comunidade & Colaboração”, e “Desenvolvimento de Museu”.



Re|shaping Cultural Policies: A Decade Promoting the Diversity of Cultural Expressions for Development. Edição da UNESCO. 235 páginas. Disponível [online](#).

Relatório que marca a reflexão sobre os dez anos da Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005. Como foi a Convenção implementada e que resultados foram alcançados estão entre as questões que o relatório visa responder. A publicação baseia-se nos relatórios dos Estados parte da Convenção.



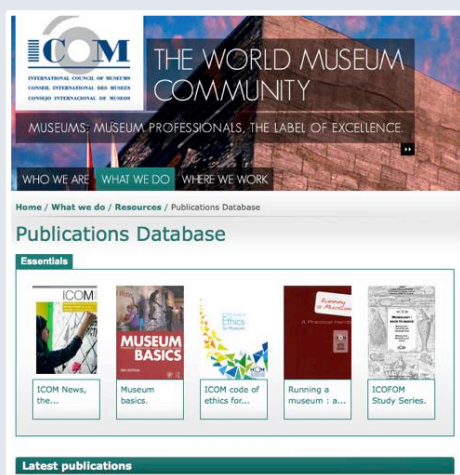
Pride, Joy and Surplus Value. Edição do Nordic Centre of Heritage Learning and Creativity (NCK).

Pride, Joy and Surplus dá título a um projecto sobre voluntários em museus na Suécia, Noruega e Dinamarca. O estudo foi promovido pelo Nordic Centre of Heritage Learning and Creativity (NCK) com o objectivo de estimular, facilitar e promover o voluntariado. O projecto deu origem a duas publicações: [Joy, Pride and Surplus Value - Volunteers in museums](#) (25 p.), e [Toolkit for Recruiting and Managing Volunteers in Museums Across the Nordic Region](#) (23 p.).



Access to Culture: Policy Analysis, Final Report. 2015. Edição da NEMO e LEM - Working Group Study. 423 páginas. Disponível [online](#).

A publicação centra-se no acesso à cultura, enquadrando os principais desenvolvimentos nesta matéria no âmbito das políticas culturais. O que significa “acesso à cultura”, que discursos têm sido produzidos e negociados? São analisados os principais documentos, ao nível da Europa, no que diz respeito aos compromissos que têm sido assumidos. Acrescenta-se ainda uma análise comparativa sobre diferentes entendimentos e implementação de políticas de acesso à cultura (Áustria, Croácia, Noruega, Espanha, Suécia e Turquia).



Encontra uma lista actualizada de novas publicações na [base de dados](#) do ICOM central (incluindo *newsletters* dos vários comités nacionais e internacionais, e monografias), na [Routledge](#) (editora internacional de livros académicos, revistas e recursos em linha no âmbito das ciências sociais), na [MuseumsEtc](#) (editora independente com base em Edimburgo e Boston), na [Museum-iD](#) (editora independente com sede no Reino Unido). Conheça o catálogo de 2015 da editora [Ashgate](#) sobre museus e a série [On Museums](#) editada por *The Inclusive Museum* (Estados Unidos), entre outras.

AGENDA

Conferências, encontros, debates

(Nacional)

VI Seminário de Investigação em Sociomuseologia | 16–17 de Janeiro

Org. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Museologia | Lisboa

Seminário de Investigação dedicado aos projectos de investigação em curso nos programas de doutoramento e mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; procura ser um estímulo para a boa conclusão dos trabalhos em curso, mas também a ocasião para reforçar o sentido de partilha entre discentes e docentes destes programas, favorecendo o espírito de ajuda mútua. Mais informações em:

<http://www.museologia-portugal.net>

I Colóquio de Museus Rurais do Sul | 21 de Janeiro

Org. Museu da Ruralidade | Castro Verde

Este colóquio reflectirá sobre as áreas em que os museus rurais actuam. Entre os conferencistas estão Fernando António Baptista Pereira (Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa) e Paulo Costa (director do Museu Nacional de Etnologia). Mais informações em: <http://museudaruralidade.blogspot.pt>

“Nós” e “Os Outros”: A Cultura na Crise dos Refugiados | 16 de Fevereiro

Org. Acesso Cultura | Évora, Lisboa, Porto, Tavira

Debate aberto aos profissionais do sector cultural e a todas as pessoas interessadas. A temática escolhida insere-se no conjunto de questões promovidas pela Acesso Cultura no âmbito da acessibilidade - física, social e intelectual. A entrada é livre. Mais informações em:

<http://acessocultura.org/encontros/debates>

Jornada de Trabalho Dedicada às Casas-museu | 19–20 de Fevereiro

Org. Grupo nacional do DEMHIST e Fundação Eugénio de Almeida | Évora

Esta jornada de trabalho sobre casas-museu terá como tema o turismo, na perspectiva da relação com esta tipologia de museu e enquanto desafio para os profissionais que aí investigam, comunicam e divulgam. O dia 20 de Fevereiro será dedicado a visitas a espaços museológicos. Mais informações brevemente em: <http://www.icom-portugal.org>

Seminário internacional Museums: One Object, Many Visions | 22 de Fevereiro

Org. ICOM Portugal e projecto Eurovision - Museums exhibiting Europe (EMEE) | Museu Nacional de Arqueologia | Lisboa

Apresentação de diferentes experiências em museus que têm possibilitado o trabalho em rede. Entre os conferencistas convidados estão Hans-Martin Hinz, presidente do ICOM central, Emma Nardi, presidente do CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural), David Vuillaume, presidente da NEMO (Network of European Museum Organisations), Uwe Brückner, fundador do Atelier Brückner, entre outros. Mais informações brevemente em: <http://www.icom-portugal.org>

Conferências, encontros, debates (Internacional)

Calendário ICOM central | 2016

No [calendário online](#) do ICOM central encontra mais informações sobre os encontros dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais. Mais informações em: <http://icom.museum/events/calendar/calendar-2016/>

Museum Tech 2016: A Digital Festival for Museums | 21 de Janeiro

Org. Museums Association | Manchester, Reino Unido

Festival sobre as novas tecnologias digitais no mundo dos museus. Mais informações em: <http://www.museumsassociation.org>

Museums and the Web 2016 | 6–9 de Abril

Org. Museums and the Web | Los Angeles, Estados Unidos

Conferência anual sobre aplicações digitais no campo do património cultural, natural e científico. Realiza-se desde 1997 e atrai profissionais de várias partes do mundo. Mais informações em: <http://mw2016.museumsandtheweb.com>

European Museum of the Year Award | 6–9 de Abril

Org. European Museum Forum | Tolosa e San Sebastián, País Basco, Espanha

Assembleia do European Museum Forum (EMF) e cerimónia de entrega prémio do Museu Europeu do Ano (EMYA), a atribuir entre os 49 museus nomeados, de 24 países europeus, na qual participam dois museus portugueses: Museu Cosme Damião do Benfica e Museu do Futebol Clube do Porto. Mais informações em: www.europeanmuseumforum.org

MuseumNext 2016 | 18–20 de Abril

Org. MuseumNext | Dublin, Irlanda

A conferência do MuseumNext (desde 2009) trata de temas-chave em torno do futuro dos museus e funciona como plataforma de partilha de boas práticas. Mais informações em: <http://mw2016.museumsandtheweb.com>

Formação

Comunicação em Museus: Quem e Como? | 6 de Janeiro a 2 de Março

Org. Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves | Lisboa

A Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves organiza a 5.ª edição do curso “Comunicar em Museus: Quem e Como?”, com Maria Vlachou, a decorrer entre 6 de Janeiro e 2 de Março, sempre às quartas-feiras, das 18h30 às 20h30. Mais informações: <http://www.patrimoniocultural.pt>

Inventário de Bens Culturais da Igreja: Análise, Identificação e Classificação | Janeiro–Dezembro

Org. Secretário Nacional para os Bens Culturais da Igreja | Domus Carmeli, em Fátima

Programa de formação baseado na aplicação de metodologias de análise, identificação e interpretação. Visa formular questões, juízos de qualidade e valor, desenvolvendo, assim, competências de catalogação e classificação de bens culturais da Igreja. Incidindo nas diversas temáticas inerentes ao trabalho de inventário, o amplo espectro com que se apresenta pretende contribuir para a preparação de profissionais qualificados. A formação estrutura-se em 21 módulos, distribuídos por nove sessões, num total de 36 horas lectivas. Mais informações: <https://www.bensculturais.com>

Programa de Formação da Acesso Cultura

Org. Acesso Cultura | vários locais

Formação sobre *Comunicação Acessível: Design de Comunicação e Linguagem Simples*: 18 de Janeiro, no Museu da Electricidade (Lisboa); formação sobre *Introdução às Técnicas de Audiodescrição*: 21, 22, 28, 29 de Janeiro e 4, 5, 11, 12 de Fevereiro, no Tear - Espaço das Artes (Lisboa); formação sobre *Direito de Autor e Domínio Público*: 15 de Fevereiro, Lisboa e Porto. Mais informações: <http://acessocultura.org/cursos>

Curso livre Os Museus e o Turismo | 1 de Março –14 de Abril

Org. Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia (ISLS) | Vila Nova de Gaia

O objectivo desta acção de formação é reflectir sobre a adequação dos museus, e de outros equipamentos culturais, à nova realidade, cada vez mais múltipla, dos territórios e desenvolver políticas e práticas de comunicação e actuação que permitam a resposta a todos os tipos de públicos. Mais informações: <http://www.islagaia.pt>

Current Practices in Museum Management | 11–19 de Abril

Org. Centro Internacional de Formação do ICOM | Pequim, China

Trata-se da 6.^a edição do curso de formação do Centro Internacional de formação do ICOM. Será ministrado por um conjunto de especialistas internacionais. As palestras e as várias sessões proporcionarão discussões e trabalhos de grupo sobre vários temas, nomeadamente o papel do museu na actualidade, a gestão de colecções e o processo de exposições. A formação inclui a sessão *Reading artifacts*, desenvolvida pelo Museu de Ciência e Tecnologia do Canadá, e sessões práticas em alguns dos museus mais conhecidos em Pequim. O ICOM central aceita candidaturas para apoio de bolsas de viagem. Mais informações: <http://www.icom-portugal.org>

Chamada para propostas

Historic Houses and the Interpretation of the Cultural, Social and Urban Landscape (3–9 de Julho, Milão): *call for papers* | Prazo limite: 20 de Janeiro

Org. DEMHIST

A organização da 14.^a conferência anual do DEMHIST (Comité Internacional do ICOM de Casas-Museu) aceita propostas para comunicações: «This call for papers asks for innovative proposals on the central role that historic house museums play as witnesses to the evolution of social, cultural and economic development outside the museum; to urban and rural environmental changes; and to the stratification of human migration, experiences, and customs expressed by different generations and cultures». Mais informações: icommilano2016@gmail.com

Conferência CIDOC em Milão e Turim (3–9 de Julho): *call for papers* | Prazo limite: 16 de Janeiro

Org. CIDOC

O CIDOC (Comité Internacional para a Documentação) aceita propostas de *abstracts* para a conferência de Milão. Mais informações: <http://network.icom.museum>

Revista Museum International, vol. 68, n.º 271–272, tema *Museums and Cultural Landscapes*, envio de propostas | Prazo limite: 31 de Janeiro

Org. ICOM central

A revista *Museum International* está a receber propostas para o número de Dezembro de 2016 dedicado ao tema do Dia Internacional de Museus deste ano. «The next issue will reflect upon the role museums play in the complex relationship between landscapes and identity. The theme Museums and cultural landscapes was developed to encourage reflection on the museum's specific relationship with its context: landscape is, precisely, the context in which we live and which surrounds us, with all of the images and symbols that identify and characterise it.» Mais informações em: <http://icom.museum>

Dia internacional

dos museus

18

maio
2016

Museus

e

paisagens culturais

Colabore com o ICOM Portugal

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal? Visite, comente e partilhe conteúdos em: <https://www.facebook.com/icomportugal>

O próximo boletim ICOM Portugal será dedicado ao tema do Dia Internacional de Museus: “Museus e Paisagens Culturais”. Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email: boletim.icom.pt@gmail.com (Ana Carvalho) até 15 de Fevereiro.

FICHA TÉCNICA

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 5, Janeiro 2016 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Janeiro, Maio e Setembro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal.

O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo e Joana Sousa Monteiro. Colaboraram nesta edição: Alexandre Matos, Ana Carvalho, Clara Bertrand Cabral, Clara Frayão Camacho, Elsa Catarina Rodrigues, Isabel Silva, Jean-Yves Durand, Joana Sousa Monteiro, Joaquim Jorge, José Alberto Ribeiro, Lurdes Camacho, Maria José Gaivão de Tavares, Maria Vlachou, Mário Nuno Antas, Pedro Pereira Leite, Penelope Curtis e Suzana Faro.

Agradecimentos: Carla Bonomi

Design: Maria van Zeller, Sistemas do Futuro | Imagem da capa: Pormenor da exposição *7 Mil Milhões de Outros* (Museu da Electricidade, 8 de Novembro de 2014 a 8 de Fevereiro de 2015). © Ana Carvalho.

Palácio Nacional da Ajuda - Museu, Ala sul - 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
| tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com |
<http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPENE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte
<http://icom.museum>

